



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES**

FRANCISCA ONEIDE OLIVEIRA LIMA

**AGRICULTURA URBANA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA O MUNÍCIPIO
DE PARAGOMINAS**

**CASTANHAL
2019**

FRANCISCA ONEIDE OLIVEIRA LIMA

**AGRICULTURA URBANA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO
DE PARAGOMINAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto Federal do Pará – IFPA-Campus
Castanhal como requisito para obtenção do
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cícero Paulo Ferreira.

**CASTANHAL
2019**

Dados para catalogação na fonte
Setor de Processamento Técnico Biblioteca
IFPA - Campus Castanhal

L732a Lima, Francisca Oneide Oliveira
 Agricultura urbana enquanto política pública para o município de
 Paragominas / Francisca Oneide Oliveira Lima. – 2019.
 95 f.

 Impresso por computador (fotocópia).

 Orientador: Prof. Dr. Cícero Paulo Ferreira.

 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de
Empreendimentos Agroalimentares) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2019.

 1. Agricultura urbana – Paragominas (PA). 2. Segurança
alimentar – Paragominas (PA). 3. Horticultura – Paragominas (PA). I.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. II.
Título.

CDD: 630.5098115

Biblioteca/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Bibliotecária Leontina da Cunha Nascimento – CRB-2: 970

FRANCISCA ONEIDE OLIVEIRA LIMA

**AGRICULTURA URBANA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO
DE PARAGOMINAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto Federal do Pará – IFPA-Campus
Castanhal como requisito para obtenção do
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cícero Paulo Ferreira.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cícero Paulo Ferreira
(IFPA Castanhal – Orientador)

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis
(IFPA Castanhal – Membro)

Prof. Dr. Walery Costa dos Reis
(Instituição – Membro)

Identificação com titulação
(Instituição – Suplente)

**CASTANHAL
2019**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe querida (*in memoriam*), cuja base emocional me estimulou a galgar tão importante passo em minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu esta oportunidade e me conduziu a esta grande conquista.

Ao meu estimado orientador, Prof. Dr. Cícero Paulo Ferreira, que sempre será lembrado por ter-me inserido nesse mundo tão vital que é o da agricultura e por ter permanecido ao meu lado durante essa tão importante jornada acadêmica.

Ao Instituto Federal do Pará (IFPA) e ao seu corpo docente, pela oportunidade de acesso a níveis de conhecimento do campo acadêmico nos rigores científicos, éticos e humanos, cujos valores permearão minhas escolhas futuras.

À Prefeitura de Paragominas, por investir na educação e assumi-la como caminho essencial para o desenvolvimento humano.

Aos meus filhos, David e Paula, partes da minha vida. Agradeço pelo amparo, amor incondicional e, acima de tudo, pela crença de que eu seria capaz. Amo vocês, meus amados!

Às minhas irmãs queridas do coração, France e Tereza, eternas cúmplices e conselheiras.

Ao meu pai, por considerar a minha formação acadêmica como momento sagrado, a ponto de abrir mão da minha companhia.

À incomparável amiga, mecenas da educação, Dra. Mozimeire Pereira, pelo apoio e confiança em mim depositada.

EPÍGRAFE

Podemos sonhar um futuro sem fome, mas isso só é legítimo se nos envolvermos em processos tangíveis, relações vitais, planos operativos e compromissos reais.

Papa Francisco

RESUMO

O presente trabalho aborda a questão da agricultura urbana enquanto fenômeno de promoção da segurança alimentar e nutricional vinculada às estratégias governamentais de gestão urbana, bem como, busca relacionar a prática da mesma à política habitacional de interesse social aplicada a Paragominas por meio do complexo habitacional Residencial Morada dos Ventos. A situação-problema desenvolve-se à medida que se investiga de que forma a política aplicada à habitação foi implementada e em quais aspectos promove a segurança alimentar de seus beneficiados. A pesquisa é desenvolvida no Residencial Morada dos Ventos, complexo habitacional entregue em 2012 a 4.400 famílias, representantes de um extrato social cujas carências vão além do acesso aos bens materiais, mas, principalmente, são relacionadas à segurança alimentar. Com base no quadro levantado, propõe-se a construção de uma horta comunitária que envolva os beneficiados do programa. A metodologia utilizada na pesquisa consistiu na realização de pesquisa bibliográfica em sítios eletrônicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Paragominas; em pesquisa de campo com visitas a todas as famílias definidas no espaço amostral; e entrevistas com a diretoria da Associação dos Moradores do Bairro e com a equipe técnica da Prefeitura ligada à política de habitação. Esta etapa da pesquisa seguiu o método dialético, descrito por Lakatos e Marconi (2003) como o método que propõe dialogicidade e é diretamente ligado à pesquisa qualitativa. Para a interpretação dos dados, seguiu-se a linha da pesquisa descritiva defendida por Gressler (2004), à medida que se descrevem as características da comunidade em questão e do desenho em que se processou a política habitacional. Os resultados demonstram que não se evidenciam, nas estratégias governamentais de gestão de espaço urbano de Paragominas descritas no PDDU, a política de agricultura urbana, ressaltando-se ainda a inexistência de tais ferramentas, o que contribuiu para que, no plano de implementação do projeto de moradia Residencial Morada dos Ventos, não tenham sido formuladas estratégias de combate à fome por meio do acesso à produção de alimentos saudáveis advindos da agricultura urbana. Conclui-se que há a necessidade de rever a política de gestão urbana da cidade, de forma a garantir políticas de agricultura urbana enquanto ferramentas de combate à insegurança alimentar, e que tal política seja contemplada nos futuros projetos habitacionais da cidade.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Segurança alimentar. Horta comunitária. Habitação.

ABSTRACT

The present work addresses the issue of urban agriculture as a phenomenon of promotion of food and nutritional security linked to government strategies of urban management as well as seeks to relate its practice to the housing policy of social interest applied to Paragominas through the Housing Complex “Residencial Morada dos Ventos”. The problem situation develops as we investigate how the policy applied to housing was implemented and in which aspects it promotes the food security of its beneficiaries. The research is carried out at Residencial Morada dos Ventos, a housing complex delivered in 2012 to 4,400 families representing a social background whose needs go beyond access to material goods but mainly food security. Based on the survey, the proposal is to build a community garden involving the beneficiaries of the program. The methodology used in the research was carried out by conducting bibliographic research on electronic sites of the City Hall and the City Hall, in field research with visits to all families defined in the sample space, interviews with the board of the neighborhood association and with the City Hall technical team linked to housing policy. This stage of the research followed the dialectical method described by Lakatos and Marconi (2003) as the method that proposes dialogicity and is a method directly linked to qualitative research. For the interpretation of the data, the line of descriptive research defended by Gressler (2004) was followed, as it describes the characteristics of the community in question and the design in which the housing policy took place. The results show that the government's urban space management strategies described in the PDDU are not evident in the urban agriculture policy, it is also emphasized that the lack of such tools contributed to the implementation plan of the housing project dos Ventos, strategies to fight hunger were not formulated through access to healthy food and production from urban agriculture. We conclude that there is a need to review the city's urban management policy in order to guarantee urban agriculture policies as a tool to combat food insecurity and that this policy be included in future housing projects in the city.

Keyword: Urban agriculture. Food security. Community garden. Housing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma do Curso de Olericultura Básica.....	61
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Princípios que permeiam a prática da AUP	24
Figura 2 – Modelos de compostagem para produção orgânica	28
Figura 3 -Localização da área da pesquisa.....	38
Figura 4 – Quadras selecionadas para atendimento pelo projeto Horta Comunitária	41
Figura 5 – Mapa de seleção dos participantes do projeto.....	43
Figura 6 – Ementa do Curso de Olericultura Básica ofertado aos participantes do projeto.....	45
Figura 7 – Croqui do projeto da horta em 2018	47
Figura 8 – Espaço onde a horta foi construída	47
Figura 9 – Critérios gerais para implantação do programa habitacional no município	51
Figura 10 – Perfil dos beneficiados do programa, entrevistados	54
Figura 11 – Participantes do curso no preparo de mudas	62
Figura 12 – Seleção de mudas para o plantio nos canteiros de treinamento	62
Figura 13 – Produtos da COOMPAG (2018)	66
Figura 14 – Área para construção da horta	67
Figura 15 – Preparo do solo	67
Figura 16 – Construção dos canteiros	68
Figura 17 – Adubação dos canteiros	68
Figura 18 – Plantação da horta	68
Figura 19 – Planta baixa da Horta Comunitária	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Déficit habitacional do Pará – 2014.....	35
Gráfico 2 – Alimentos que compõem as refeições dos entrevistados por frequência e consumo	55
Gráfico 3 – Concepção dos moradores sobre o trabalho coletivo.....	57
Gráfico 4 – Interesse dos moradores em participar do projeto	57

LISTA DE SIGLAS

ALC	América Latina e Caribe
AU	Agricultura Urbana
CADMUT	Cadastro Nacional de Mutuários
CGU	Controladoria Geral da União
COOMPAG	Cooperativa de Trabalho de Compostagem de Paragominas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DESANS	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FHIS	Fundo Habitacional de Interesse Social
GEI	Grupo de Especialistas Independentes
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PLHIS	Plano Local Habitacional de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RI	Região de Integração
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura
SEMINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
SIAC	Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras
SISAN	Secretaria Municipal de Saneamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	18
2.2 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DE BASE AGROECOLÓGICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	22
2.2.1 Produção de agricultura orgânica	26
2.2.2 Hortas urbanas de base agroecológica na promoção da segurança alimentar	29
2.3 AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DE PARAGOMINAS (PA)	32
3 METODOLOGIA – LOCAL DA ÁREA DE ESTUDO	38
3.1 DIAGNÓSTICO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL RESIDENCIAL MORADA DOS VENTOS	39
3.2. QUALIFICAÇÃO DOS MORADORES.....	42
3.3 CONSTRUÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA.....	46
4 RESULTADOS	47
4.1 DIAGNÓSTICO	48
4.2 QUALIFICAÇÃO DOS MORADORES PARA ENVOLVIMENTO DO PROJETO	58
4.3 CONSTRUÇÃO DA HORTA	63
4.3.1 Preparo do solo	66
4.3.2 Plantio	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	86
ANEXOS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social. É necessário entender sua realidade a partir de forças que, frequentemente, não são visíveis a olho nu. (SANTOS; SILVEIRA 2006, p. 289).

É legítimo o debate que se estabelece em torno da crise habitacional que acomete as cidades, à medida que se discutem a oferta, as condições de moradia e o déficit habitacional existente no país. No entanto, o debate é recorrente e ganha força na Europa do pós-guerra, com base em interesses e alicerces distintos, sendo por um lado (MIOTO, 2016) pela reconstrução do avanço da social-democracia com fins de acumulação e ampliação do capital, e por outro, pela luta dos trabalhadores na busca do atendimento às suas demandas sociais. Segundo a autora, essas duas linhas distintas de interesses permearão toda a política habitacional que se configuraria em cenários posteriores a esse evento.

De acordo com Maricato (2015a), o debate chega ao Brasil por meio dos movimentos levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica, que nasce com ideais voltados para assessorar os trabalhadores na luta pela posse da terra, ampliando essas ideias, a partir da década de 1970, com movimentos urbanos na luta por moradia. Esses movimentos alcançaram proporções importantes, chegando a influir nas decisões que levaram à aprovação do estatuto das cidades em 2001 (PEREIRA, 2013; MONTEIRO; VERAS, 2017).

Embora autores como Mioto (2016), Pereira (2013), Monteiro e Veras (2017), Cardoso (2012) acrescentem outros fenômenos à chegada do discurso no Brasil, o fato é que vivemos o início do século XXI com dados preocupantes concernentes ao tema *moradia*. Dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) informam que mais de 8 milhões de pessoas vivem em condições precárias de habitação, entendendo-se por condições precárias as moradias mal localizadas, sem infraestrutura de rede de esgoto, condições de locomoção, de trabalho, lazer etc., longe de caracterizar-se como moradias dignas, o que, segundo Kohara (2018), tem a ver com a sua localização, porque em um local onde não há acesso a transporte adequado e a infraestrutura de serviços públicos, não se tem uma moradia digna.

Os “desabrigados” do tecido urbano estão sujeitos ainda a outros problemas importantes, como a violência urbana que os oprime; as dificuldades de acesso à educação, à saúde, ao emprego formal; o isolamento social, entre outros não menos importantes, mas sobretudo ao bem mais precioso de garantia de vida, que é a alimentação, “a mais elaborada e sofisticada das práticas de sobrevivência humana” (SAGLIO-YATZIMIRSKY, 2006, p. 123). O alimento de qualidade nutre o corpo, suprimindo as necessidades vitais para o bom funcionamento físico e motor do mesmo. No entanto, o baixo poder aquisitivo da grande massa impede-a de ter acesso a alimentação adequada e variada e a empurra a dietas pobres em nutrientes, que a deixam suscetível às doenças e ao estado de insegurança alimentar.

Dados da ONU (2015) alertam que 11% da população mundial ainda passam fome, e apontam que as políticas de combate à fome na América Latina e no Caribe (ALC) tem gerado bons resultados, porém ainda carecem de investimentos para que os avanços continuem na mesma velocidade, e assim se consiga zerar a fome até 2025. Neste campo há avanços significativos no Brasil, na perspectiva de política pública de alcance nacional, por meio dos programas sociais (FAO, 2014); entretanto, convém pensar que a renda mínima assegurada pelos programas auxilia na obtenção dos alimentos, mas não garante que eles sejam variados e de qualidade.

Estratégias de combate à insegurança alimentar vêm sendo incentivadas nos últimos anos, com experiências importantes pelo viés da agricultura urbana, por meio da qual os espaços ociosos da cidade, os quintais, as áreas em desuso se tornam berçários de hortaliças, verduras e frutas que surgem como estratégias nutricionais para enriquecer a alimentação de seus beneficiados. A prática não é recente, mas chamou a atenção na década de 1990, ganhando destaque internacional e firmando-se como instrumento de integração nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e do ambiente (COSTA et al., 2015).

A política de agricultura urbana tem-se mostrado eficaz no combate à insegurança alimentar, porém quando assumida e incentivada a partir de mecanismos governamentais que dão suporte e apoio estrutural à construção das hortas comunitárias. Na carência desse aparato, os projetos tendem a não florescer ou a apresentar tímidos resultados que desencorajam sua continuidade por parte dos beneficiados.

A prática da horta comunitária é fundamental para envolver os indivíduos nas discussões e sensibilização quanto à prática de alimentação saudável, pois, no processo formativo dos participantes, estes são provocados à discussão sobre os impactos da nutrição adequada para um corpo sadio; são apresentados as experiências e técnicas simples que lhes possibilitam o acesso a essa nutrição por meio da preservação do verde, bem como aos benefícios dos alimentos gerados pela produção orgânica e por meio de práticas agroecológicas. Essa mudança de postura pode ser promovida por meio da prática de horta comunitária, uma vez que esta se configura como “uma ferramenta multifuncional que contribui de maneira positiva para melhorar a qualidade de vida da população” (PEREIRA, 2015).

Neste âmbito, o trabalho tem como objetivo identificar a eficácia da agricultura urbana enquanto fenômeno de combate à insegurança alimentar e nutricional implementada junto à política habitacional de interesse social de Paragominas, identificando, ainda, como e se essa prática é fomentada no arranjo governamental da cidade de Paragominas e, em especial, como a política de segurança alimentar dialoga com o Plano Diretor de Interesse Social (PLHIS) da cidade.

Os objetivos específicos transitam em torno da agricultura de base agroecológica, com a intenção de apresentar um debate acerca do valor agregado à cidade enquanto ferramenta de combate à insegurança alimentar e nutricional, discutindo experiências exitosas no âmbito nacional e internacional, desenvolvidas a partir de diferentes condições estruturais, e verificando a relação de tais êxitos nas condições diversas de viabilização de apoio governamental ou não. Discute-se também a prática de hortas comunitárias de bases agroecológicas, como um dos mecanismos da agricultura urbana (AU) no combate à insegurança alimentar e nutricional; e por último se propõe a oferta de capacitação em olericultura aos moradores do Residencial Morada dos Ventos, culminando com a construção de sua horta comunitária.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa consistiram em pesquisa bibliográfica realizada nos sítios eletrônicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Paragominas e pesquisa de campo junto aos técnicos da Prefeitura e aos moradores do residencial. No âmbito dos órgãos públicos, buscaram-se informações acerca do modelo de implementação do projeto habitacional e da política

de agricultura urbana; e, junto ao segundo grupo, buscou-se em primeiro momento identificar futuros participantes, e posteriormente as experiências e o conhecimento adquirido acerca do cultivo de hortaliças, bem como a cultura alimentar estabelecida naquele contexto social.

A partir da sistematização dos dados, estabeleceu-se uma parceria com a Cooperativa de Resíduos Orgânicos de Paragominas (COOMPAG) para oferta de capacitação aos moradores, com metodologia que alinhava o estudo teórico à prática, enquanto os estudantes agregavam os novos saberes às suas práticas preestabelecidas. Essa técnica de ensino é defendida por Cotrim (2017) como método facilitador do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que congrega “técnicas e ferramentas que propiciam uma interface entre os atores com características dialógicas”.

Concluindo este trabalho, assinala-se a necessidade de ampliar o discurso sobre agricultura urbana, a fim de induzir o levantamento de ações consistentes formuladas no aparato governamental que levem a garantir a inclusão da agricultura urbana no planejamento territorial das cidades, como instrumento eficaz aliado às políticas de combate à fome e à desnutrição e que promova a segurança alimentar das cidades.

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar a eficácia da agricultura urbana de base agroecológica enquanto fenômeno de combate à insegurança alimentar e nutricional implementado junto à política habitacional no Residencial Morada dos ventos

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Discutir a política de agricultura urbana (AU) e a sua relação com o sistema habitacional de interesse social nas cidades, destacando experiências exitosas a partir de contextos políticos diferentes;
- b) Destacar as hortas comunitárias urbanas de base agroecológica enquanto mecanismos de combate à insegurança alimentar e nutricional;

- c) Capacitar os moradores do Residencial Morada dos Ventos para construção da horta comunitária;
- d) Discutir a política de agricultura urbana presente no Plano Diretor de Paragominas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De acordo com o *Guia Alimentar da População Brasileira* (BRASIL, 2014), “a alimentação é muito mais que ingestão de nutrientes”, consistindo na combinação de alimentos de base nutricional balanceada que se somam ao modo de vida e às construções culturais estabelecidas numa comunidade. Tais aspectos seriam fundamentais para a construção do conceito da prática de alimentação saudável. Contudo, embora esse conceito seja defendido na literatura e na prática de determinados nichos sociais, ainda é ausente no dia a dia de uma grande parcela da população brasileira.

De modo geral, na história da humanidade, apesar da busca por alimentos ser uma constante, e de condição vital para a sobrevivência, a qualidade dos alimentos e a sua relação com a sanidade do corpo não caminharam lado a lado. Discussões e atuações por vias de campos políticos referentes a esse novo conceito de alimentação são recentes, e muito embora políticas de atendimento alimentar aos mais pobres tenham sido efetivadas a partir do governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, sua trajetória sempre esteve atrelada aos objetivos de “crescimento econômico e ao aumento da produtividade da agricultura por meio da modernização do setor” (SILVA, 2014, p. 16). Ou seja, estabeleceu-se uma cultura, sob o ponto de vista político, em que a formulação de estratégias de segurança alimentar e nutricional não caberia nas agendas governamentais.

A segurança alimentar e nutricional é um direito e está diretamente ligada à garantia do direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente de atendimento, sem comprometer outras necessidades essenciais (VASCONCELOS;

MOURA, 2018). Corroborando com os autores, Magalhães (2014) postula que os debates reabrem a temática que já se tem levantado desde meados do século XIX, quando despontam mundialmente, por meio de organizações e da classe intelectualizada, as preocupações com o problema da fome.

Neste sentido, com a mudança no contexto político que se desenhou após a Segunda Guerra Mundial e as questões relacionadas à fome e à desnutrição, as discussões acerca da segurança alimentar e nutricional ganharam volume e voz na agenda internacional, influenciando e direcionando os acordos e compromissos de desenvolvimento dos governos nacionais, sob forte influência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO (VASCONCELOS; MOURA, 2018).

Historicamente, a segurança alimentar e nutricional nasce com os outros movimentos surgidos após a Segunda Guerra Mundial. O movimento se dá em resposta às crises no abastecimento e no agravamento do quadro de fome e miséria, o que motivou organismos internacionais como a FAO, a Organização Mundial da Saúde (WHO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) a levantar questões relacionadas com a redução dos impactos desses fatores e a propor acordos e estratégias de combate à miséria e à fome.

Apesar de se configurarem resultados importantes frente ao mapa da fome e da desnutrição, as políticas em âmbito global ainda não zeraram o déficit alimentar e nutricional das pessoas. Um relatório da Organização das Nações Unidas (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018) informa que o índice de desnutrição teve um aumento significativo desde 2014, alcançando em 2017 a marca de 820,8 milhões de pessoas, com destaque para a África Oriental, Central e Subsaariana, regiões em que a média de desnutridos é de 27%. Refletir sobre esse quadro é importante para a formulação de políticas públicas, uma vez que a agenda mundial que contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹ objetiva, num prazo específico até 2030, acabar

¹ Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.; Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à

com a fome e a desnutrição; o que parece desafiante é ainda o fato de que, nas análises trazidas pelo mesmo relatório, entre os anos em destaque (2014-2017) houve crescimento de 4,73% no número de subnutridos.

No campo nutricional, das 667 milhões de crianças com menos de cinco anos, 159 milhões delas estão abaixo da altura correta, 50 milhões não pesam o suficiente para a altura que têm, e 41 milhões estão com sobrepeso. Um dos compromissos firmados a partir do despertar para tais questões estabeleceu uma agenda de comprometimento com metas especificadas, apontando caminhos para a redução da fome e da desnutrição, entre as quais se destacam o consumo de frutas e hortaliças, o consumo de grãos como fontes proteinadas, o controle do consumo de açúcares.

Em 2015, durante a cúpula das Nações Unidas, foi adotada uma agenda de compromissos frente ao desenvolvimento sustentável (ODS), da qual constam 17 objetivos a ser alcançados pelos países até 2030, com metas especificadas: além da redução do açúcar e do consumo de grãos, estimula o consumo equilibrado do leite seguro, a substituição de gorduras saturadas por insaturadas, investimento no consumo de grãos como fontes proteinadas, entre outras.

No contexto nacional, autores concordam em que não é nova a política de assistência alimentar, e divergem quanto ao período empreendido. Silva (2014) destaca o nascimento dela com o Estado Novo de Getúlio Vargas, na década de 1930, e Melo et al. (2017) destacam que em 1918 já existiam políticas voltadas contra a desnutrição, como a “criação do Comissariado de Alimentação Pública”, que visava a reduzir os impactos da fome do pós-Primeira Guerra Mundial, muito embora a década

energia para todos; Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/20160119-ODS.pdf>.

de 1930 tenha favorecido de sobremaneira a temática, uma vez que esta passa a incorporar-se na grade curricular de cursos universitários.

Posteriormente, provocado pelos movimentos internacionais de combate à fome e à desnutrição e ainda pelas pressões formuladas por meio dos movimentos sociais, o país incorpora uma série de políticas ao panorama da estrutura governamental que se estabeleceu no início do século XXI.

A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993 traz uma configuração importante às políticas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); o CONSEA foi extinto em 1995 e reimplantado em 2003 para operar na vanguarda das políticas públicas de garantia dos direitos. No mesmo ano, foi implementado o Programa Fome Zero, que representou a principal política na área social do governo (TOMAZINI; LEITE, 2016), uma vez que se estruturava a partir da articulação interministerial e envolvia as esferas federativas, alcançando as necessidades básicas de alimentação dos menos favorecidos.

A Lei nº 11.346/2006 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), órgão composto pelo CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que, entre outras competências, orienta a adoção de políticas relacionadas, estruturadas a partir das dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. A criação do SISAN é considerada um marco institucional no campo das políticas de alimentação e nutrição, por propor a alimentação adequada como direito de todos e prioridade política de governo (MACHADO et al., 2018), estruturando-se e fortalecendo-se pela teia de ordenamento nas esferas federal, estadual e municipal, inclusive com abertura à iniciativa privada com interesses afins.

É fato que arranjos governamentais se constituem em torno da problemática que envolve a insegurança alimentar, e é fato que, por diferentes razões, quer por ineficiência das políticas com relação ao alcance, quer por fragilidade de gestão das mesmas ou pela pouca eficácia frente ao fosso abissal que se constituiu pelo alto índice de pobreza, as políticas por si sós não conseguiram solucionar o problema. Tal cenário faz emergir questionamentos como: É possível solucionar o problema da insegurança alimentar no Brasil? Como? A quem mais cabem estratégias e ações de combate? Em que formato?

A resposta a algumas dessas indagações pode estar nas mãos da sociedade civil, não no que diz respeito à formulação de políticas, mas na base do movimento que faz nascer a boa política de olhar para os necessitados, as vítimas da fome e da desnutrição. Este não seria o primeiro ato, pois a bandeira do prato cheio vem sendo levantada ao longo dos anos e tem gerado bons resultados no combate à fome. A prática da agricultura urbana é um modelo que nasce pelas mãos da sociedade, e, quando vem a seu encontro o aparato governamental, como apoio, tende a frutificar e mudar os cenários das comunidades atendidas, conduzindo-as a panoramas dignos de sobrevivência.

2.2 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DE BASE AGROECOLÓGICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR

Para compreender o fenômeno da agricultura urbana enquanto prática promotora da segurança alimentar e nutricional, é preciso, antes de tudo, conhecer os movimentos em torno do seu surgimento, bem como o quadro que se apresenta na atualidade, promovendo o seu crescimento constante e beneficiando um grande percentual da população urbana, e promovendo, entre outros aspectos, a segurança alimentar e nutricional de seus envolvidos.

Para tanto, busquemos analisar o quadro social gerado a partir dos séculos XVIII e XIX, por meio da segunda revolução agrícola despertada na Europa (LAZZARI; SOUZA, 2017), que se expandiu por todo o globo, representada pela mudança no sistema de produção, em que se enquadrava o uso de novas tecnologias e melhoramentos genéticos nas plantas.

Se por um lado o advento de maiores possibilidades de produção trouxe a solução para os problemas de alimentação na Europa e ajudou a equilibrar a economia, já enfraquecida pelo esgotamento das regiões mineradoras e pela diversificação das atividades agropecuárias no interior da colônia (SOUZA, 2018), por outro promoveu a desigualdade no campo, levando a população campestre a menos posse ao endividamento, a maiores níveis de empobrecimento. Diante de tal cenário, a permanência no campo ficou comprometida, e o homem do campo passou a

enxerga na cidade a possibilidade de assegurar, a si e à sua família, as condições de vida que foram tiradas (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Afora o quadro aparente, a cidade em si já exercia um grande fascínio sobre as pessoas. De acordo com Maricato (2015a), no início do século XX as cidades brasileiras eram vistas como sinônimo de modernidade e avanço em relação à representação do campo. Porém, na cidade, a competição já não é por sementes, por transporte para escoamento de produção ou pela obtenção de insumos agrícolas, mas é, antes de tudo, a luta por moradia, por condições dignas de acesso aos serviços públicos, por alimentação que agora se lhes faz necessária, uma vez que já não se tem a terra pra plantar ou para criar animais.

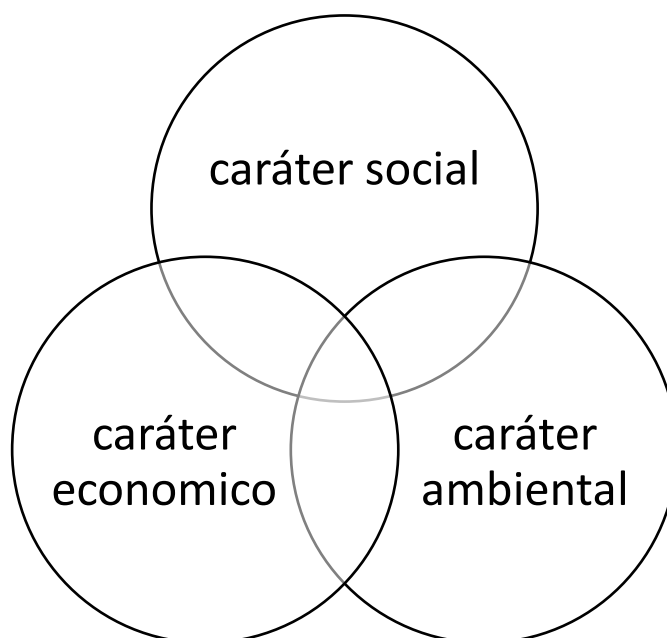
Na busca pelas condições de sobrevivência, o novo inquilino da teia urbana disputa cada fração de dignidade. São apostas inconcebíveis, uma vez que é crescente o número dos que se lançam na disputa por um espaço que lhes represente o abrigo, na maioria das vezes sem condições dignas de habitação, engrossando as estatísticas das favelas. Sobre esse aspecto de formação do desenho habitacional urbano, um estudo apresentado por Guellaty, Monteiro e Oliveira Junior (2017) aponta que, “entre 1991 e 2000, a população moradora de favelas cresceu 84% no país, enquanto a população geral teve um incremento de apenas 15,7%”. Ou seja, vive-se o colapso habitacional, despontado no século passado, e, a mercê das políticas de moradia que têm sido implementadas desde então, amplia-se o déficit habitacional já existente.

Em contraponto a esta realidade surge a agricultura urbana e periurbana (AUP), como instrumento importante na luta pela garantia do direito à segurança alimentar, cuja prática sempre esteve presente nas cidades, tendo em vista a herança cultural introduzida na cidade a partir do êxodo rural e que ganha maior repercussão na Europa, em fins da década de 1990, como resposta atenuante à crise de abastecimento promovida em grande parte pelo colapso do petróleo e vivida na década anterior (ARRAES; CARVALHO, 2015).

A pauta tem composto a agenda de países em desenvolvimento e das agências internacionais de desenvolvimento como estratégia de composição da rede de segurança social. De acordo com as últimas autoras citadas acima, com base nos conceitos defendidos por Van Veenhuizen e Danso (2007), “a agricultura urbana

segue caracteres diferenciados dependendo da dimensão que ocupam no contexto local abrangendo o caráter social, econômico ou ambiental”, conforme a figura 1.

Figura 1 – Princípios que permeiam a prática da AUP



Fonte: Elaborado pela autora com base nos conceitos de Arraes e Carvalho (2015).

O caráter social se relaciona à redução da pobreza, à medida que provê renda aos beneficiados; à segurança alimentar, à medida que supre suas carências nutricionais; à integração comunitária, à medida que agrega as famílias e proporciona o desenvolvimento da empatia e da corresponsabilização por um projeto de ganho coletivo. O caráter ambiental relaciona-se à melhoria do microclima da cidade, com referência ao campo ecológico abordado. O caráter econômico se relaciona com a renda propriamente dita, com a geração e o emprego, com a verticalização financeira empregada.

Para Mancuse et al. (2015, p. 107), a política de alimentação deve considerar uma dimensão complexa na qual sejam garantidas a suficiência e a continuidade, na perspectiva de oferta permanente, considerando os eventos sazonais, e autônoma no sentido de alcançar a autossuficiência nacional dos alimentos básicos; e, acima de tudo, que seja processada num contexto agroecológico, social-econômico e cultural, com vistas a assegurar a soberania alimentar das gerações futuras.

As discussões trazidas neste estudo percorrem a dimensão social, que tem como principal finalidade o bem-estar social das pessoas, proposto nos princípios levantados por Maricato (2015b) e Battaus e Oliveira (2016), a partir das experiências de agricultura urbana, bem como dos impactos salutareos desse movimento na qualidade de vida das pessoas. Acredita-se ser de fundamental importância trazer à discussão esse fato, pelo quadro apresentado de população urbana oriunda do êxodo rural e pelas necessidades alimentares dessa população.

Um novo conceito a ser agregado à prática da agricultura urbana é a agroecologia. Esse conceito é defendido por Altieri (2014) como uma mudança de comportamento com relação ao uso sustentável do solo. De acordo com o autor, o manejo de sistemas a partir de práticas agroecológicas devolve a saúde do ecossistema, à medida que promove a regeneração natural do ambiente. No sentido didático, o comportamento do produtor que trabalha com o conceito é de relação de amor à terra e respeito por ela, compreendendo que não se trata apenas da terra que produz o alimento, mas de toda uma teia de fatores que se comunicam entre si a partir do equilíbrio ecológico promovido.

Guzmán (2017) afirma que, ao se tratar de agroecologia, primeiramente se refere ao ecossistema na perspectiva de reconduzi-lo à sua condição de origem, e, semelhantemente, em uma condição de manejo, à busca de replicar as condições naturais do ambiente. Neste sentido, o uso da terra caminha na vertente da sustentabilidade, uma vez que, em suas condições naturais, o ambiente se mantém, não sofre traumas que quebrem essa harmonia de autossustentação. Convém pensar ainda que este conceito não só se aplica a práticas de agroflorestas, mas a toda e qualquer atividade de uso do solo cuja intencionalidade se enquadre no perfil de sustentabilidade, inclusive a prática de agricultura urbana, uma vez que entre seus objetivos estão o favorecimento do microclima e a promoção da segurança alimentar.

Promover a agricultura urbana é desafiante, especialmente por se tratar de uma prática que está relacionada ao bem coletivo. Não se trata de propriedade privada, mas se refere ao uso de espaços ociosos da cidade, terrenos baldios, áreas em desuso cuja responsabilização fica a cargo das prefeituras, que, em algumas situações, desobrigam-se até em favor de outras atribuições que julgam mais importantes. Neste aspecto a prática se torna desafiadora, uma vez que deve

congregar vontades para se corresponsabilizar pelos espaços e levar a produzir alimentos de uso coletivo.

2.2.1 Produção de agricultura orgânica

A prática de produção orgânica consiste em produzir agricultura de forma que não comprometa a saúde dos ecossistemas e não se altere a condição de vida do solo. Isso é possível quando se produz a partir de processos ecológicos desenvolvidos em consideração à biodiversidade, cujos ciclos se adaptam às condições do lugar e nos quais se opta pelo controle biológico no lugar de insumos industrializados, que interferem na sanidade no solo e do ecossistema como um todo. Muñoz et al. (2016) afirmam que essa técnica de produção orgânica atende aos pressupostos da agroecologia, uma vez que responde por sistemas cujos processos

[...] não permitem o uso de agrotóxicos, medicamentos químicos, hormônios sintéticos e de produtos transgênicos, restringe a utilização de adubos químicos, inclui ações de conservação dos recursos naturais e considera aspectos éticos nas relações sociais internas da propriedade e no trato com os animais.

No tocante ao agrotóxico, um dos pontos importantes a considerar é que ele não apenas combate as pragas invasoras, mas atinge todas as formas de vida presentes na microflora responsáveis pela ciclagem orgânica, que em um desenho agroecológico seria a responsável pela nutrição do solo. Uma vez enfraquecida a microfauna, esse trabalho deixaria de ser realizado, e logo se precisaria recorrer a outra etapa de agressão ao solo, por meio dos sintéticos, o que, por sua vez, entraria com a sua parcela de desequilíbrio.

A produção orgânica ganha espaço frente à produção de larga escala, isto porque a história que representa o seu processo produtivo traduz ao consumidor a ideia de saúde, de ter a possibilidade de ingerir algo seguro, saudável, um alimento que não comprometa a sua condição de saúde. Por outro lado, torna-se atraente quando analisada pelo campo da ética, pela condição de estar consumindo algo que foi produzido de forma justa, sem ter envolvido, no seu processo de manejo, agressão à vida, à biodiversidade.

A ideia da produção orgânica já alcança índice importante no país, considerando o período de sua existência desde a década de 1970, provocada pelo movimento dos agricultores. A área plantada em hectare, em 2013, passava de 1,8 milhão (MUÑOZ et al., 2016). Entre as instituições de produção orgânica, de acordo com o Ministério da Agricultura, há quase 22 mil produtores com a certificação de produção orgânica, dado que tende a crescer exponencialmente, sobretudo frente aos novos conceitos de qualidade de vida que se vêm estabelecendo nas decisões das pessoas em face da escolha de alimentos saudáveis e mudanças de comportamento correlativas.

Porém, não basta encantar-se com o conceito da agroecologia que permeia a produção orgânica ou adotá-la seguindo a moda do “saudável” ou do “sustentável”, mas antes de tudo conhecer a ideia, apropriar-se da filosofia de vida que a envolve, encantar-se com ela e, no exercício da prática, construir caminhos de viabilidade local, edificando o conceito nas vontades das pessoas que se envolverão nos projetos.

Com base nesta premissa, convém indagar: Como agregar o conceito de agroecologia a projetos de urbanização das cidades? Há estruturas erguidas em suas governanças que permitam que o conceito seja aplicado? Há interesse em aplicá-lo? Em que consiste a agricultura urbana de base agroecológica? Quais as estratégias de produção envolvidas?

Quanto às estratégias de produção que envolvem a agricultura urbana desenvolvida nos princípios da sustentabilidade ambiental, cabe uma discussão acerca do sistema de nutrição do solo a partir do conceito agroecológico. É sabido que este componente é de fundamental importância para o ecossistema, uma vez que é responsável pela produção do substrato, pela distribuição e controle da água da chuva, mas sobretudo pela nutrição da planta, o que lhe possibilitará o crescimento e a sua disseminação através da geração dos frutos e sementes.

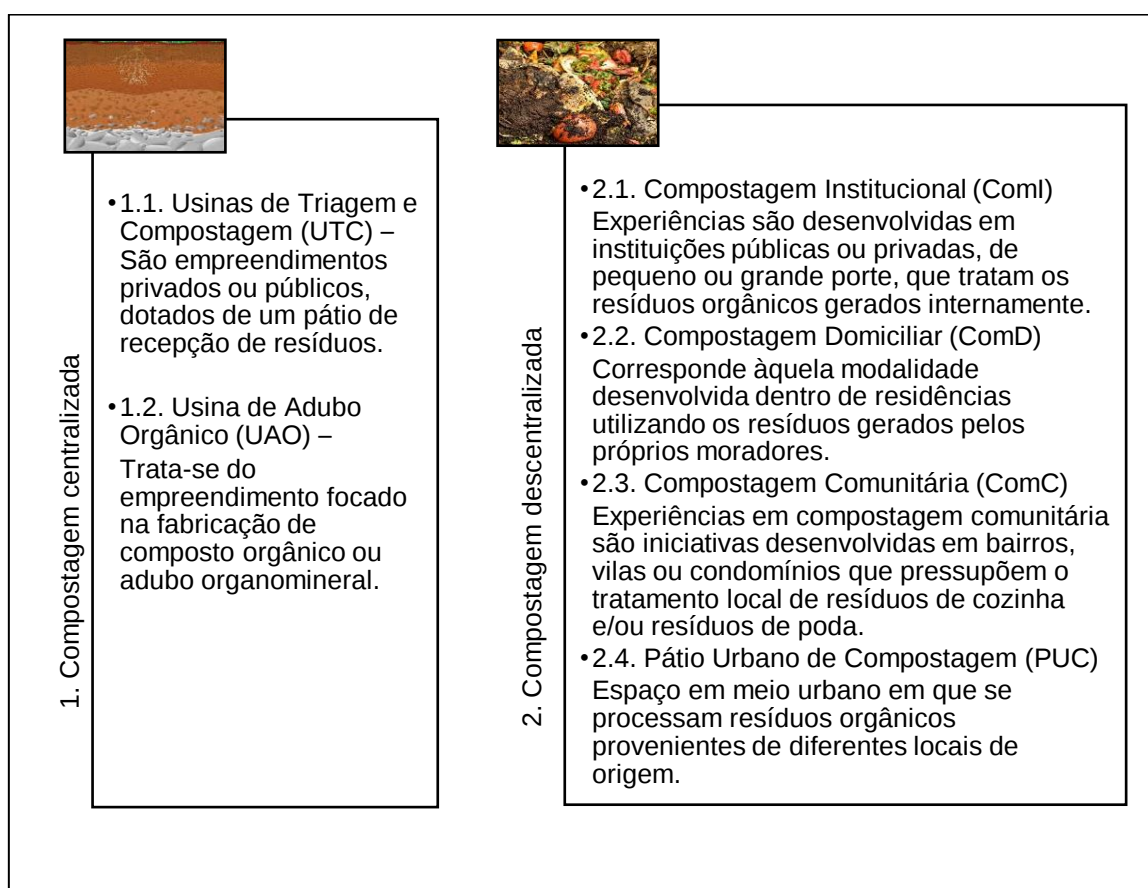
A indústria está repleta de produtos sintéticos que provocam artificialmente a nutrição do solo. O Brasil, por se enquadrar entre os maiores produtores agropecuários do mundo (PIGNATI et al., 2017, p. 3.282), alcança também o maior índice de utilização de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos; sua extensa área cultivada possibilitou “que o país fosse o maior consumidor de agrotóxicos no mundo”. Porém, é sabido que essa metodologia de manejo é

extremamente nociva ao ecossistema como um todo, que compreende fauna, microfauna, flora, microflora e inclusive as pessoas, que direta ou indiretamente são envolvidas na cadeia produtiva.

Porém, na contramão da nutrição danosa do solo, há a proposta de adubação orgânica, tanto a gerada a partir da decomposição de resíduos produzidos pelo ambiente, ocorrendo naturalmente, porém com tempo mais estendido, quanto a induzida pelo homem a partir de técnicas específicas que aceleram o processo

Nesta perspectiva, aborda-se o uso de compostagem como estratégia para a produção de adubação orgânica, o que pode ser experienciada em diferentes formatos, adequando-se às condições disponíveis e adaptando-se ao público e à situação existente. Siqueira e Assad (2015) apresentam modelos de práticas de compostagem, descritas na figura 2 abaixo.

Figura 2 – Modelos de compostagem para produção orgânica



Fonte: Elaboração própria com base em Siqueira e Assad (2015).

Observa-se que, de acordo com a proposta das autoras, quaisquer que sejam as condições disponíveis, é possível produzir adubo orgânico, adotando-se o procedimento que se enquadre na realidade apresentada, considerando-se ainda o sistema de compostagem, se em recipiente apropriado ou em estrutura montada no chão. Importa ainda conhecer as técnicas de acondicionamento dos resíduos, proteção contra os vetores como moscas e ratos ou da presença de animais domésticos, que por ventura se aventurem a procurar alimentos em meio aos resíduos, dependendo do sistema adotado.

Com relação ao tipo de resíduo a ser utilizado na produção do adubo orgânico, as possibilidades são inúmeras, uma vez que estes são constituídos de resíduos de origem vegetal e animal, em cujo processo de decomposição se produz o húmus, resultante da ação dos organismos decompositores, por meio do movimento vivo da cadeia alimentar. A produção de adubo orgânico também vai depender das necessidades de nutrição do solo e das condições do material que se tem disponível. Sobre este aspecto, Nunes (2016) aponta questões relacionadas à composição do composto. De acordo com o autor, a relação entre carbono (C) e nitrogênio (N) é de fundamental importância, uma vez que, havendo a adição de doses elevadas desse composto ao solo, especialmente nas produções de leguminosas, por exemplo, elas “podem favorecer o desenvolvimento microbiológico no processo de decomposição, implicando em maior quantidade de N mineralizado”.

2.2.2 Hortas urbanas de base agroecológica na promoção da segurança alimentar

Enquadram-se no perfil de agricultura urbana a produção e o beneficiamento de produtos agrícolas de origem animal, como a criação e manejo de animais de pequeno, médio e grande porte, e a produção vegetal, como o plantio de hortaliças, frutas, plantas medicinais e plantas ornamentais. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2018), essa prática é desenvolvida nos espaços urbanos, como quintais, lotes vagos, áreas verdes/vazios urbanos, áreas institucionais, terrenos arrendados ou emprestados e outros de semelhantes características.

Nas definições trazidas por Mougeot (1999), o conceito de agricultura urbana que criamos está diretamente ligado à nossa construção cultural, podendo ser mais relevante em determinados lugares que em outros. Para o autor, ainda é um conceito em construção, uma vez que sai do campo acadêmico para o exercício prático. Relata ele que:

O conceito de agricultura urbana precisa evoluir a partir de nossa necessidade de codificar e refinar nossa experiência perceptiva com relação a um fenômeno mundial relativamente novo, de modo a assegurar que ele continue ou se torne mais útil para nós, quando e onde precisarmos dele. Sua identidade depende dessa funcionalidade externa tanto quanto depende de sua coerência interna. (MOUGEOT, 1999).

Neste sentido, a compreensão sobre o fenômeno precisa ser mais bem explicada a fim de provocar maiores movimentos nos centros urbanos nos quais a carência alimentar esteja presente ou não, onde cada espaço vazio possa ser compreendido como potencial canteiro capaz de produzir alimentos de boa qualidade, rentáveis, atuando na perspectiva da soberania alimentar.

Agregam-se a essa concepção as estruturas governamentais a ser erguidas para dar sustentabilidade à prática, uma vez que, em contraponto com a agricultura urbana, existe a ameaça da especulação imobiliária, que, sob a lógica capitalista, tende a tornar muito mais atraente o uso dos espaços urbanos. Esse enfoque é trazido por Pires (2016), que ressalta a importância da abordagem da agricultura urbana na formulação de políticas municipais, de “forma holística como parte do sistema alimentar urbano geral”.

Das contribuições dos autores citados, aplicando-se ainda o conceito de agroecologia defendido por Altieri (2014), é possível compor um desenho completo para a prática de agricultura urbana, numa perspectiva em que se construam ideias a partir da formação de pessoas aptas a desenvolver seus experimentos agrícolas em espaços potenciais urbanos, a partir de práticas agroecológicas, de modo que a dinâmica dos ecossistemas e toda e qualquer prática neste sentido sejam amparadas por políticas governamentais estruturadas e disponíveis aos agricultores urbanos.

Analisemos um modelo de agricultura urbana desenvolvido a partir do formato de hortas urbanas aplicadas à ideia da agroecologia, destacando os benefícios ressaltados a partir do conceito traçado. Experiências no campo acadêmico,

publicadas por diversos autores com pautas específicas voltadas para a temática, têm comprovado sua eficácia:

A agricultura urbana agroecológica pode ser considerada uma ferramenta promotora de saúde, pois contribui para que o indivíduo se reconheça como parte do meio ambiente, elevando sua autoestima, regatando o sentimento de pertença e integrando-o socialmente; estimula o protagonismo social, a participação cidadã, a aquisição de habilidades pessoais e coletivas; viabiliza ambientes favoráveis à saúde, muito além da percepção individual dos participantes, uma vez que ocorrem transformações físicas nos territórios ocupados. (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015, p. 741).

O entendimento que se extrai, a partir da compreensão dos autores, é de uma proposta sustentável no sentido mais amplo e completo, uma vez que são ações, comportamentos e olhares comprometidos com todos e cada um, e com todas as etapas do processo, em que o foco é a harmonização de todos com todos e de todos com o ambiente. Não se privilegia o humano em detrimento do meio, e nem o contrário também é presente, compreendendo um processo de ações não isoladas mas firmadas por uma teia agroecológica envolvente que se processa desde a forma como se concebe a terra e se interage com ela.

No campo político, em relação à ação do estado na promoção da segurança alimentar e nutricional, a FAO, em 2009, propôs aos países da América Latina e Caribe que construíssem estratégias para melhorar o quadro de fome e desnutrição no continente. Passados cinco anos, foi publicado o relatório *Ciudades más verdes en América Latina y el Caribe* (FAO, 2014).

O documento aponta experiências bem sucedidas de países que conseguiram vencer o desafio do combate à fome e à desnutrição por meio da prática de agricultura urbana. Entre os países, Cuba, Guatemala e Peru incluíram a agricultura urbana e periurbana nos seus planos de uso da terra. Cuba incorporou, a políticas já existentes, fomentos e incentivos de forma que na capital, Havana, estabeleceu-se uma rede de lojas de implementos agrícolas, fazendas de cultivo de sementes, e os produtores têm direito a seguro agrícola e crédito de produção.

No Brasil, as políticas se fortaleceram pelo programa Fome Zero, cujas estratégias envolveram a criação de feiras de produtores rurais, agricultura familiar, o incentivo a hortas escolares, inclusive com redução de impostos nos

investimentos ligados a essa prática. Entre as cidades de maior resultado na prática de AU e AUP, chama a atenção a experiência de Belo Horizonte, com investimento aproximado de US\$ 240 mil por ano para promover a produção de alimentos no meio urbano e periurbano. A cidade conta com um conselho de segurança alimentar composto por diferentes agentes públicos das esferas municipal e estadual.

Em 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) instituiu, pela Portaria nº 467/2018, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que visa, entre outras ações, a potencializar as ações de segurança alimentar e nutricional; contribuir para a inclusão social de moradores urbanos, em especial as mulheres; promover a utilização de tecnologias agroecológicas; estimular hábitos saudáveis de alimentação (BRASIL, 2018).

O conceito não é novo, mas, frente às políticas de promoção do mesmo, é considerado um avanço, especialmente quando se analisam os espaços urbanos ociosos, que se transformam em depósitos de lixo dispostos pela comunidade, tornando-se berço para a proliferação de pragas e insetos transmissores de doenças, e o contraste desse quadro com o cenário da fome e da desnutrição, presentes em grande parte dos lares brasileiros.

2.3 AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DE PARAGOMINAS (PA)

Durante longos séculos, a terra foi o grande laboratório do homem; só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel. O fenômeno urbano manifesta hoje a sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura. (LEFEBVRE, 2011, p. 7).

A transferência espacial do laboratório do homem, conforme lembra o autor, refere-se ao retrato habitacional gerado a partir do processo de industrialização iniciado na Europa do século XVIII, estendendo-se mundialmente, o qual provocou a remodelação do espaço urbano em detrimento do rural, de modo que a cidade, agora, assume o papel de grande laboratório do homem. O grande fenômeno urbano que se

projeta ajuda a compor o quadro social que invariavelmente está atrelado a problemas socioestruturais resultantes na favelização, violência urbana, entre outros, alterações abruptas que, pelo seu processo dinâmico, interferem na harmonização do fluxo e da cultura ambiental e, acima de tudo, social das cidades. Quanto a esse aspecto, Vargas (2016) afirma que “a moradia se revela elemento de fundamental importância de reprodução social”, e que nem sempre é garantida.

No contexto histórico dos problemas de habitação no país e das medidas mitigatórias adotadas pelo Estado, cabe uma reflexão acerca do alcance de tais medidas e em que conjuntura se processaram, tendo em vista que a massificação dos centros urbanos clamava por políticas habitacionais que minimizassem os impactos dessa ocupação desenfreada. Nesse aspecto, registra-se atuação do Estado, muito embora haja críticas às políticas de oferta na perspectiva do gerenciamento ou de atendimento de demanda. Uma das críticas apresentadas por Lima e Zanirato (2014) e por Cardoso, Aragão e Jaenisch (2017) diz respeito ao campo da gestão, em que os autores destacam a necessidade de maior atuação do estado a fim de impedir o avanço da especulação imobiliária.

Neste sentido, o ano de 1940 marca a entrada de ações pontuais na área habitacional. Isso se dá a partir do fortalecimento do aparato governamental, dando suporte ao processo de habitações populares (SOUTO, 2016; MOTA, 2014), configurando-se como primeiro modelo de política pública de grande importância para atendimento à demanda habitacional no país. Destacam-se ainda, entre as políticas habitacionais, as políticas fomentadas pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff entre os anos 1995 a 2011, as quais se configuraram com maior alcance, especialmente a partir do programa de moradia ligado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Há de ressaltar que nos diferentes governos houve entraves significativos, com impactos importantes nos resultados: no governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, as crises da Ásia e da Rússia, que interferiram nas condições de mercado no Brasil, além dos gastos limitados impostos a partir do acordo com o FMI (RICUPERO et al., 2008). No período de Lula da Silva, houve a resistência da sua equipe econômica; e mais marcadamente ainda no governo de Dilma Rousseff,

pelas críticas à condução da crise internacional, pelos escândalos de corrupção na Petrobrás e pelos efeitos da operação Lava Jato (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Em um breve apanhado sobre as políticas de moradia desse período, destaca-se a criação do Estatuto das Cidades, em 2001, que dá abertura para a criação do plano diretor, ferramenta legal importantíssima para o desenvolvimento urbano. Instituem-se também o Ministério das Cidades e as ferramentas de controle, de igual importância. Em 2006, por meio da EC nº 5.790/2006, institui-se o Conselho das Cidades, com poderes de orientação sobre a política de moradia.

A política de moradia do PMCMV foi inspirada pelas experiências chilenas e mexicanas como modelo que dinamiza a produção habitacional (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 29). De acordo com os autores, é muito bem avaliado na sua primeira fase de implementação, tanto na perspectiva econômica, à medida que aquecia o mercado da construção civil, quanto na perspectiva social, à medida que reduzia o déficit de moradia e atendia à faixa mais desprovida de recursos da sociedade, uma vez que limitava a linha de acesso.

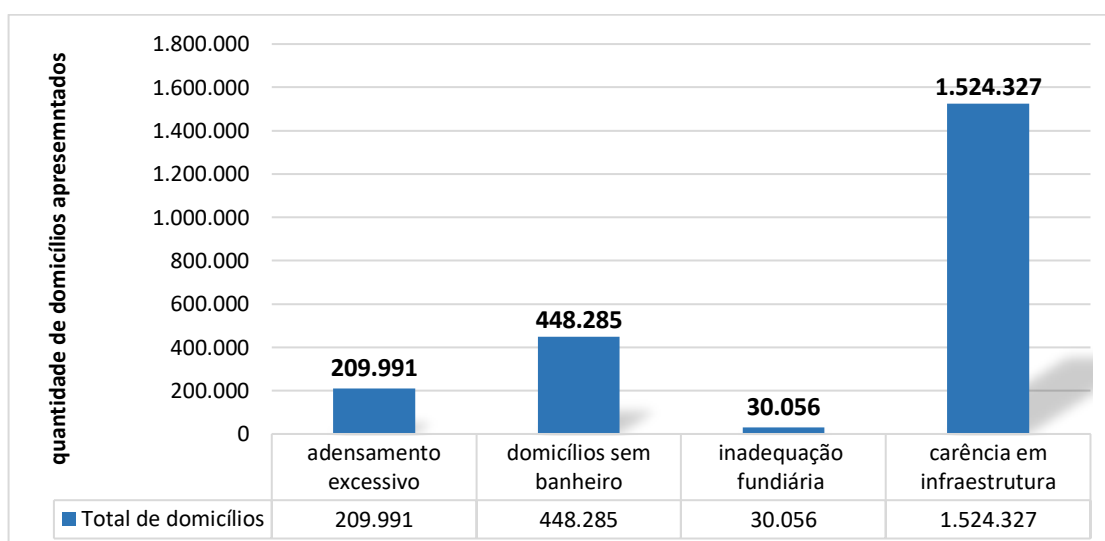
O programa foi lançado em 2009 pela Lei nº 11.977 (BRASIL, 2009b), com meta de construção, já no primeiro ano, de 1 milhão de moradias, para assim reduzir o déficit de moradia em 14% (SILVA, 2016, p. 60), e ampliado posteriormente. Uma parcela das unidades habitacionais, cerca de 40%, seria destinada a famílias com renda familiar inferior a 3 salários mínimos, com subsídio integral, sendo que o restante da demanda atenderia a famílias de perfis mais elevados, especificadas nas faixas 2 e 3 com rendas de até 10 salários mínimos, com níveis de financiamento diferenciado (CARVALHO; STEPHAN, 2016).

Dada a importância e necessidade de olhar a política pública como o conjunto de ações do Estado, com intenções diretas de “enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo” (MADEIRA, 2014, p. 22), e no entendimento de que tais ações precisam ser julgadas no contexto da sua eficácia, permite-se a abertura para uma discussão avaliativa do PMCMV, muito embora pequena, visto não ser o objetivo deste estudo, porém no intuito ainda de proporcionar visibilidade às ações do Estado no tocante à política habitacional, conforme defendem Alvim e Castro (2010, p. 24).

Neste sentido, convém traçar algumas considerações na pauta do PMCMV enquanto política habitacional de interesse social. Sob essa ótica e a partir das análises de diferentes autores, é possível afirmar que, apesar de o programa apresentar avanços importantíssimos no combate ao déficit habitacional brasileiro, (MONTEIRO; VERAS, 2017), o formato em que se desenvolveu a política apresenta desafios importantes na questão da alocação dos beneficiários, nos aspectos relacionados, tanto na perspectiva do acesso a bens e serviços (CARVALHO; STEPHAN, 2016), quanto na perspectiva do uso do solo destinado ao empreendimento, tomando-se em conta que a escolha do terreno onde será implementado o projeto é de responsabilidade das construtoras, e isso, na maioria das vezes, resulta em conjuntos habitacionais construídos em área de favelização ou distanciados dos centros urbanos.

Sob o ponto de vista da oferta, no contexto paraense a fissura é bem representativa, uma vez que a distribuição entre os espaços urbano e rural, seguindo a tendência nacional, é bem acentuada, de modo que apenas 32% da população vivem no meio rural. Um relatório apresentado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) em 2014 (PARÁ, 2014), o qual mostra a realidade do quadro habitacional no estado, apresenta dados relevantes para uma reflexão mais qualificada na construção das políticas de moradia, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 – Déficit habitacional do Pará – 2014



Fonte: Elaboração própria (2018) com base em Pará (2014).

O relatório em resumo no gráfico 1 considerou as necessidades habitacionais relacionadas a: adensamento excessivo, domicílios sem banheiro, inadequação fundiária e carência em infraestrutura; os dados também são preocupantes, à medida que, para uma população paraense com estimativas de 8.602 milhões (segundo dados do IBGE²), o estado ainda apresenta carências de infraestrutura em mais de 1 milhão de residências.

De acordo com os dados, são mais de 200 mil pessoas vivendo em adensamento excessivo. Essas condições são tipificadas pela existência de domicílios onde há mais de 3 pessoas por dormitório. Há ainda quase meio milhão de domicílios que não apresentam unidade sanitária interna ou banheiro exclusivo; cerca de 30 mil moradias com irregularidades fundiárias; e o dado mais alarmante: mais de 1,5 milhão de domicílios com carência em infraestrutura, entre as quais se inclui a falta de acesso a serviços básicos como abastecimento de água (rede), solução de esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo.

Vários autores discorrem sobre a política habitacional no contexto brasileiro: SANTOS, 2007; MARICATO, 2003; COSTA; SANTANA, 2017; CARDOSO, 2016; VARGAS, 2016, entre outros; porém, a nível estadual, dada a dimensão continental e a quantidade de municípios atendidos no Pará, “é necessário mais estudos para que se possa ter uma leitura mais real dos impactos do programa no estado” (COSTA; SANTANA, 2017). De acordo com os autores, entre os municípios do estado, os que se enquadram com nível de população superior a 50.000 habitantes são os que mais concentram os déficits de habitação (35%), superando inclusive os da Região Metropolitana de Belém. Para as autoras, os municípios com população inferior à média apresentada concentram seus déficits nas áreas rurais, nas quais se chega a alcançar 60% no total de necessidades de moradias.

De acordo com Menezes e Mourão (2017), os estudos que se têm levantado trazem olhares sobre diferentes aspectos que se relacionam pelo viés financeiro e econômico, ou são relacionados às especificidades do espaço urbano – como o acesso a comércio e bens e serviços, as interações entre os diferentes atores do processo –, que buscam analisar a integração da nova unidade à teia urbana

² Dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>>.

(PASTERNAK, 2016). No campo em questão, discute-se esse bem-estar social ligado à questão da segurança alimentar, dos beneficiários do programa de moradia Residencial Morada dos Ventos, no município de Paragominas (PA), a partir das seguintes indagações: Em que aspecto(s) o programa habitacional articulou a oferta de moradia à segurança alimentar de seus beneficiados? Há instrumentos governamentais que dão suporte à política de agricultura urbana como ferramenta de combate à insegurança alimentar? Essa política é de fácil acesso pelos beneficiados do programa?

É no contexto da insegurança alimentar que se busca aplicar o conceito de agricultura urbana, criando novas possibilidades de enriquecimento nutricional às famílias inseridas nos programas nacionais de moradia, cujos arranjos obedecem a padrões totalmente diversos da cultura de lugar estabelecidos anteriormente. Nesta perspectiva, atrela-se a política habitacional às estratégias de gestão urbana direcionadas por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), o qual prevê os projetos de gestão do espaço urbano no sentido de expansão e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que canaliza as decisões tomadas à base de financiamento.

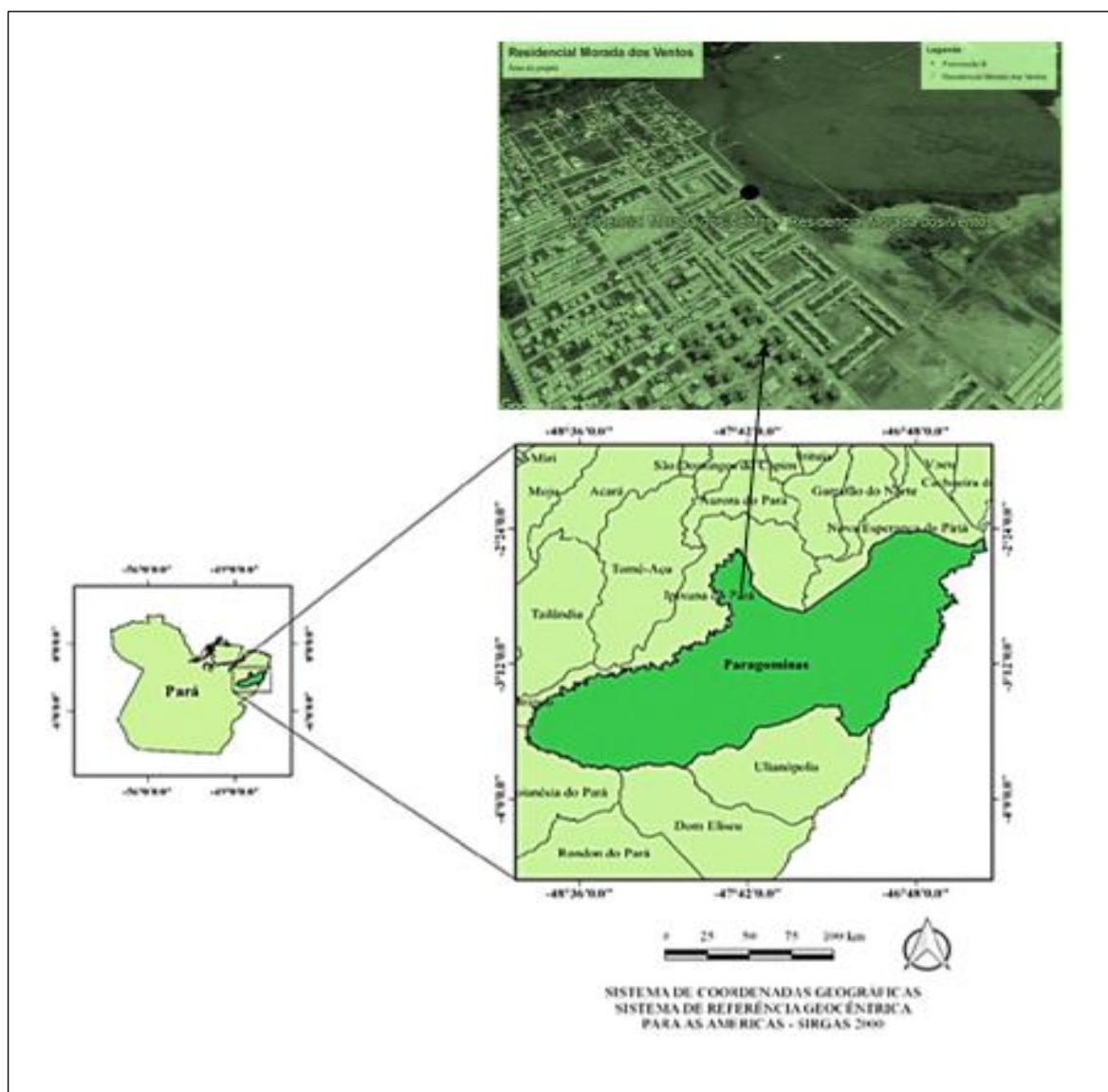
O Plano Diretor é resguardado no artigo 182, §1º da Constituição Federal de 1988; sua incumbência é reafirmada pelo artigo 40, *caput*, da Lei nº 10.257/2000, que consiste em um documento de planejamento que visa a balizar o desenvolvimento e a expansão do espaço construído, de modo a melhorar a realidade, primando pelo bem-estar de todos os cidadãos que compõem a teia urbana.

Sendo um instrumento de vital importância para a gestão do espaço urbano, o PDDU precisa contemplar o uso dos espaços da cidade para produção de agricultura urbana, haja vista o poder que essa prática traz com relação ao bem-estar social e à segurança alimentar da comunidade. De acordo com Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015), que estudaram a prática da agricultura urbana em Embu das Artes (SP), a revisão do Plano Diretor da cidade, imposto pela Lei Complementar nº 186/2012, foi fundamental para que se assegurassem estratégias de promoção da prática de agricultura urbana de base agroecológica.

3 METODOLOGIA – LOCAL DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida em Paragominas, estado do Pará. O município está localizado na mesoregião Sudeste Paraense, com latitude $2^{\circ} 59' 45''$ sul e longitude $47^{\circ} 21' 10''$ oeste, limitando-se a norte com os municípios de Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Piriá, a leste com o estado do Maranhão, a oeste também com Ipixuna do Pará, e ao sul com Goianésia do Pará, Dom Eliseu e Ulianópolis (PINTO et al., 2009, p. 16).

Figura 3-Localização da área da pesquisa



Fonte: Disponível em: <<http://www.google.com/search?sa=X&q=mapa+de+paragominas&tbnm>>.

O estudo é direcionado ao projeto de moradia Residencial Morada dos Ventos. O empreendimento habitacional situa-se no bairro Tropical, limitando-se a oeste com o residencial Morada do Sol e a leste com o Residencial Olga Moreira. O loteamento é composto por 1.100 unidades habitacionais com pequenos prédios com quatro apartamentos por unidade. Foi implantado em 2014 através de parceria entre a Prefeitura Municipal de Paragominas e o Governo Federal, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), uma das estratégias do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na pesquisa em questão, busca-se diagnosticar o processo de implantação do programa no município, fazendo uma correlação entre a política de inserção das famílias no novo nicho habitacional e as políticas de segurança alimentar e nutricional presentes, para identificar entre elas o potencial da agricultura urbana enquanto estratégia política fomentada por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade.

3.1 DIAGNÓSTICO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL RESIDENCIAL MORADA DOS VENTOS

Para diagnosticar a implantação do programa de moradia foram utilizadas diferentes etapas. Inicialmente foi adotado o procedimento técnico de pesquisa documental. Esse estudo consiste em conhecer as políticas públicas voltadas para o sistema de moradia do município e para a segurança alimentar, no que concerne à promoção da agricultura urbana. De acordo com Gil (2002, p. 45), a pesquisa documental “vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados”.

O estudo também faz uso da pesquisa descritiva, à medida que se descrevem as características da comunidade pesquisada no campo socioeconômico e na identificação de valores culturais estabelecidos no campo da prática de cultivo da terra e do trabalho em coletividade. Em suas definições de pesquisa descritiva, Gressler (2004, p. 54) assinala que esta é a metodologia capaz de “descrever sistematicamente, fatos e características presentes em uma determinada população

ou área de interesse. Seu interesse principal está voltado para o presente e consiste em descobrir ‘o que é’”.

O procedimento foi realizado nos sítios eletrônicos da Prefeitura e na Câmara Municipal de Paragominas, com buscas direcionadas a leis, decretos, portarias, resoluções, documentos e aparatos legais voltados para a política pública de urbanização e agricultura urbana, publicados entre os anos de 2006 e 2018.

Para efeito de comparação e contraste (GRESSLER, 2004, p. 54) da política pública em pauta com o perfil socioeconômico da cidade, foi feita uma análise de relatórios publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); relatório do Ministério Público Estadual; relatório da COHAB/PA; e da Fundação João Pinheiro, trazendo o retrato da situação e moradia no Brasil.

Posteriormente foi enviado, por meio de correio eletrônico, um questionário para a Secretaria de Assistência Social, por meio do qual se pretendeu compreender a dinâmica envolvida na implementação do programa, no que concerne a demanda de atendimento, critérios de atendimento às famílias e políticas de inserção dos novos moradores ao novo arranjo habitacional. A resposta ao questionário foi feita por meio da coordenadoria do programa dentro da Secretaria de Assistência Social.

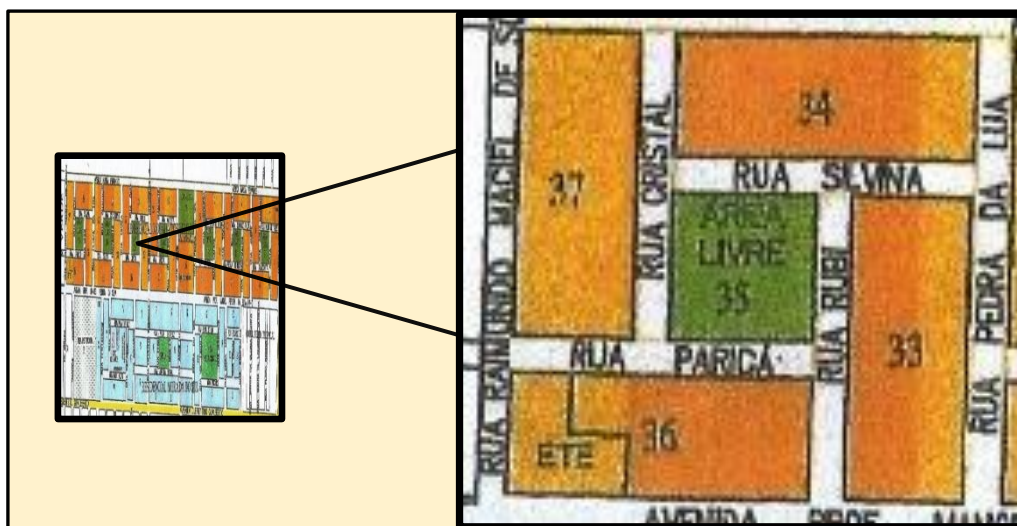
A última etapa do diagnóstico refere-se à escuta dos beneficiados pelo programa de moradia, em cuja seleção se levou em conta a participação das lideranças locais, configuradas como agentes de maior proximidade com o público da pesquisa e, por conseguinte, com maiores possibilidades de articulação e mobilização local tanto na viabilização de apoio logístico quanto no apoio enquanto parceiro na gestão local do projeto.

Os atores considerados neste contexto foram a Associação dos Moradores do Residencial Morada dos Ventos e a diretoria da Cooperativa de Trabalho de Compostagem de Paragominas (COOMPAG), entidades de grande representatividade no bairro enquanto lideranças de projetos e programas voltados para o atendimento as demandas sociais da comunidade.

Para delimitação da área de estudos, considerou-se os seguintes critérios: proximidade das residências das famílias ao terreno destinado à construção da horta, facilidade de acesso das famílias ao espaço onde seria ofertada a qualificação nas técnicas de cultivo e disponibilização para acesso aos materiais e insumos que seriam

utilizados para a produção dos canteiros, produção de mudas e armazenamento de materiais. Com base nos critérios, foram selecionadas as quadras: Q33, Q34, Q6 e Q37, conforme se descreve na figura 4, abaixo.

Figura 4 – Quadras selecionadas para atendimento pelo projeto



Fonte: Elaboração própria.

Em um segundo momento foi realizada a entrevista com os moradores atendidos pelo programa. A metodologia adotada para esta fase foi o método de trabalho de campo na perspectiva do método dialético. Na compreensão de Lakatos e Marconi (2003), essa estratégia é caracterizada como o método que propõe a “dialogicidade”. É um método que está diretamente ligado à pesquisa qualitativa e, seguramente, um método que possibilita “a interpretação dinâmica e totalizante da realidade” (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Como instrumento de pesquisa com os moradores foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro com algumas perguntas fechadas, outras mais livres, que facilitaram a condução das entrevistas. Essa técnica é indicada por Guerra (2014), que pontua que, para os roteiros de entrevistas, é aceitável que se apresentem perguntas fechadas e perguntas abertas, dando possibilidade aos entrevistados de falar livremente sobre o tempo. Para a entrevista com as lideranças

locais da comunidade, optou-se por perguntas abertas com respostas direcionadas à temática apresentada.

O questionário aplicado aos moradores considerou informações como: a) questões do campo socioeconômico, referentes a sexo, idade, escolaridade, composição familiar, renda; b) questões do campo nutricional, relacionadas aos hábitos alimentares, condições de acesso aos alimentos e cultura alimentar estabelecida no novo arranjo habitacional; c) questões relacionadas aos conhecimentos prévios dos moradores, referentes a práticas de plantio e manejo de solo de hortaliças; d) questões ligadas às percepções dos moradores sobre trabalho coletivo; e) interesse em participar da construção da horta comunitária.

Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida no período de abril a agosto de 2019; foram visitadas cerca de 100 famílias, e 61 se mostraram disponíveis a participar das entrevistas. Nas visitas às residências, deu-se prioridade às famílias com adultos presentes, a saber, pai, mãe, avô, avó, tios e/ou outro adulto provedor da família.

Para análise e interpretação dos dados coletados, foram considerados os diferentes aspectos avaliativos, que foram analisados frente ao problema levantado para a promoção do bem-estar social dos moradores do conjunto habitacional analisado. Primeiramente foram consideradas a existência e a eficácia das políticas habitacionais do município em face do déficit habitacional existente, aplicando-se o efeito de demanda X oferta.

3.2. QUALIFICAÇÃO DOS MORADORES

Para a realização dessa etapa da pesquisa foi proposta inicialmente a seleção das famílias. A escolha foi realizada dentro dos princípios qualitativos, considerando-se os dados do questionário aplicado. Para Yin (2016), essa abordagem “permite representar as visões e perspectivas dos participantes de um certo estudo”. Neste sentido, a seleção dos participantes se daria a partir dos níveis de interesse dos entrevistados em envolver-se no projeto Horta Comunitária, considerando-se todos os encargos e prerrogativas a envolver o mesmo.

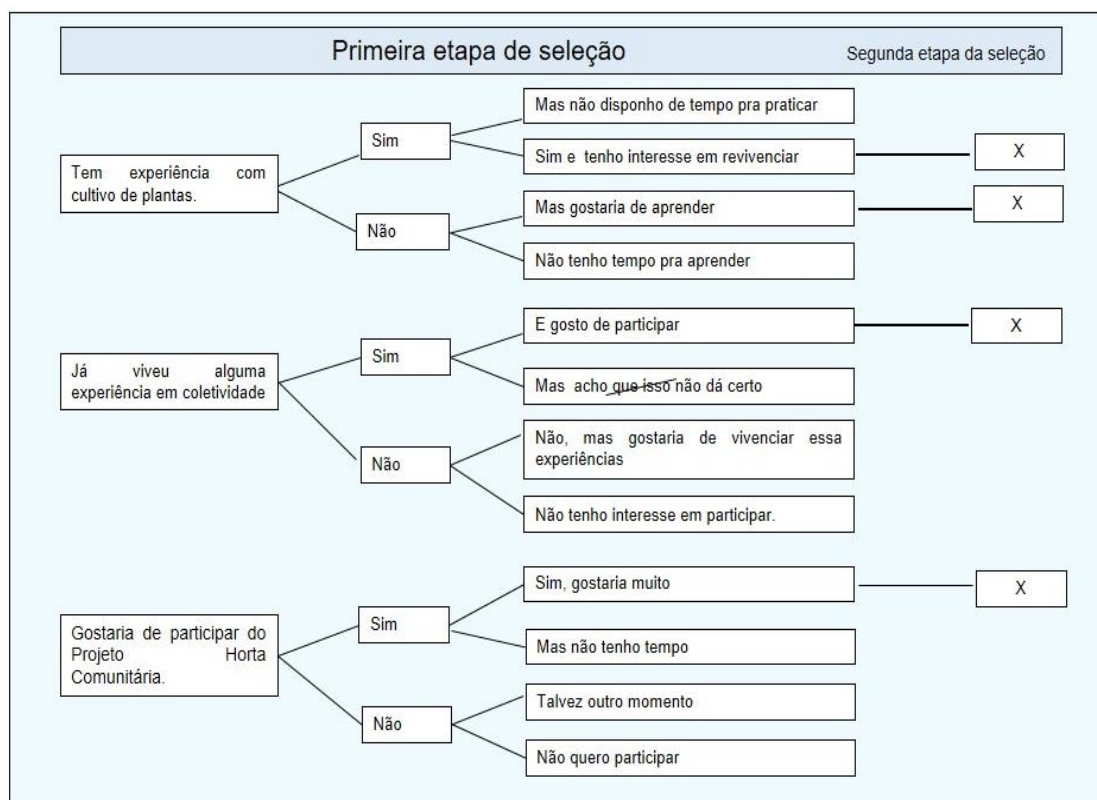
Vale lembrar que, logo nos primeiros encontros estabelecidos com a COOMPAG, ficou evidente uma preocupação da diretoria com relação à participação

efetiva das famílias selecionadas, devido às experiências já vivenciadas pelo grupo com relação ao trabalho na cooperativa, quando se inicia uma gestão com o grupo bem maior que o grupo permanente.

Por outro lado, também era necessário realizar uma seleção entre os interessados no trabalho com a horta, tendo em vista que apenas 20 famílias seriam beneficiadas, e as que demonstraram interesse em participar era em número de 49.

As etapas e dinâmicas para a seleção dos participantes podem ser entendidas pela figura 5 abaixo. A primeira seleção deu-se a partir das análises dos questionários dentre os que demonstravam interesse em envolver-se no projeto, e a segunda seleção foi realizada após o primeiro encontro, quando foi apresentada ao grupo a demanda de tempo que se exigiria para o trabalho com a horta.

Figura 5 – Mapa de seleção dos participantes do projeto



Fonte: Elaboração própria.

A dinâmica de constituição de grupo, na segunda seleção, considerou as seguintes informações: experiência com cultivo de plantas; experiência ou facilidade

de trabalho em coletividade; e interesse em participar do projeto. Para oferta da capacitação, foram consideradas duas etapas. O primeiro momento, construído em parceria com a COOMPAG, teve o caráter de reunir as duas frentes de trabalho que comporiam a equipe Horta Comunitária, a saber, a equipe de cooperados e a equipe de representantes da comunidade. O evento aconteceu na sede da cooperativa e contou com a presença de 20 participantes; teve entre seus objetivos:

- a) Trabalhar os conceitos de coletividade e trabalho cooperativo;
- b) Trabalhar o conceito de sustentabilidade e segurança alimentar;
- c) Apresentar a ideia do trabalho cooperativo desenvolvido pela COOMPAG;
- d) Apresentar a dinâmica do trabalho com a Horta Comunitária.

O segundo momento deu-se pela realização de um curso básico de olericultura, realizado a partir da parceria entre a COOMPAG e a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI). A ideia seria munir as famílias de informações sobre o cultivo de hortaliças, agregando novos conhecimentos aos preestabelecidos nos membros do grupo, cujas experiências de vida já os capacitavam para a etapa inicial do trabalho, sobre a qual seriam acrescentadas técnicas mais elaboradas, com vistas a garantir maior qualidade na produção e auxiliando outros menos experientes a construir seus próprios saberes no exercício da prática.

A parceria com entidades como universidades, centros de pesquisas e demais centros de capacitação de serviços é importante num projeto neste porte, por agregar técnicas e conhecimento científico ao saber preexistente dos trabalhadores, que agora, munidos de novas informações, modernizarão suas práticas e com isso melhorarão os produtos de sua prática laboral. A figura 6, abaixo, apresenta as ementas do curso ofertado.

Outro fator considerado para a oferta do curso foi o saber cultural dos moradores: quais as hortaliças que eles tinham à mesa com mais frequência, conforme lhes era possível pelo poder de compra. Isso foi considerado importante pela proposta do projeto, por considerar as necessidades reais das famílias para a introdução de novas culturas de valor nutricional, também necessárias para a promoção da sua segurança alimentar.

Neste sentido, o curso ofertado às famílias envolvidas no projeto procurou concentrar atividades conceituais com aplicabilidade na prática, pois, a partir da aproximação com o conceito elaborado, os atores seriam instigados a experienciar cada etapa de ensino. Para construção da ementa do curso, seriam considerados os conceitos da agricultura orgânica, livre de defensivos químicos, buscando a reprodução de ambientes naturais. Na ementa do curso (figura 6) foram consideradas as etapas de produção de mudas, construção de canteiros experimentais, irrigação, plantio, manejo e controle de pragas e doenças.

Figura 6 – Ementa do Curso Olericultura Básica ofertado à comunidade

CURSO DE OLEIRICULTURA BÁSICA
Objetivo: Capacitar o produtor e/ou trabalhador rural com técnicas adequadas de manejo de hortaliças, visando o aumento da produção, da produtividade e da qualidade. Justificativa: Muitos produtores e trabalhadores rurais gastam uma parte de sua renda na compra de alimento para suas famílias, por isso justifica-se a implementação e hortas para produção e alimentos frescos e ricos em nutrientes. A produção destina-se ao consumo próprio e também a geração e excedente para comercialização possibilitando a redução da desnutrição, aumento da geração e trabalho, a ampliação a renda e inclusão social
Conteúdo programático do curso: ○ Acordo de convivência ○ Apresentação da entidade formadora ○ Higiene pessoal, ambientes e equipamentos ○ Educação ambiental ○ Importância das hortaliças ○ Planejamento da horta ○ Preparo do local e preparo do solo ○ Adubação orgânica ○ Produção de mudas e transplante ○ Tratos culturais ○ Controle de pragas e doenças ○ Irrigação ○ Colheita e classificação ○ Transporte, comercialização ○ Avaliação individual
Carga horária: 32 horas Participantes: mínimo 15, máximo 20.

Fonte: SEMAGRI/SENAR (2018).

3.3 CONSTRUÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA

A realização dessa etapa da pesquisa envolveu inicialmente o procedimento técnico de pesquisa documental, por meio do qual se buscou, nos sítios eletrônicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de vereadores, legislação aplicada à política de moradia e à política de agricultura urbana, e a relação dessas políticas com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município (PDDU). Esse procedimento foi considerado necessário, uma vez que era preciso identificar, nos documentos oficiais de gestão municipal, políticas que apontassem para o uso de espaços urbanos na efetivação da prática em questão. A esse processo foi acrescida a entrevista com a direção da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), com vistas a identificar, na prática, o processo de implementação do programa de moradia no município.

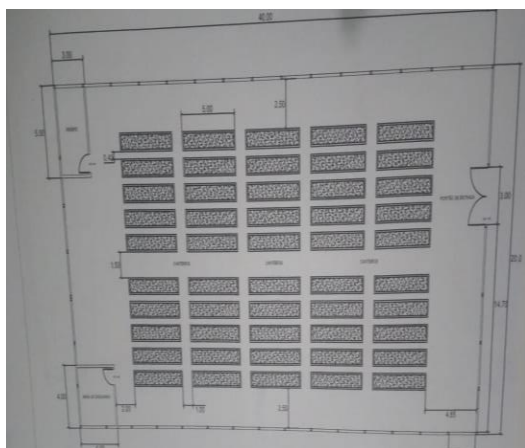
A partir da análise resultante da busca documental, realizou-se a busca por parcerias com vistas à aquisição do terreno onde seria construída a horta, de insumos e para o plantio e estrutura de sua construção. A busca de parceria considerou a região atendida pelo projeto e as instituições ligadas à prefeitura. Neste sentido, os parceiros efetivamente firmados foram COOMPAG, SEMAGRI e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).

Em parceria com a COOMPAG foi que se deu efetivamente a construção da horta, tendo em vista que a cooperativa já desenvolvia um projeto que tinha em seu escopo a construção de hortas escolares e uma horta para a comunidade local. O terreno para a viabilização da horta – situado à Avenida Prof. Manoel Pereira da Silva – foi adquirido pela parceria entre a COOMPAG e a Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA).

De acordo com o croqui da horta (figura 7), a projeção inicial era de 50 canteiros construídos em área plana, com cobertura em tela sombrite. Para a irrigação da horta, com o intuito de dar maior fluidez e consistência aos jatos de irrigação, foi adquirida uma caixa d'água de 1000 litros, o que configurou certo entrave inicial em relação à estrutura de levantamento da mesma, pois ela deveria possuir a capacidade de sustentação do peso concernente à capacidade da caixa.

Esse problema foi solucionado a partir da doação de madeira em toras por parte da SEMMA, a qual foi convertida em madeira serrada e utilizada na sustentação da caixa d'água.

Figura 7 – Croqui do projeto da horta em 2018



Fonte: COOMPAG (2018).

Figura 8 – Espaço onde a horta foi construída



Fonte: Foto da autora (2019).

Na figura 7 acima, observa-se o croqui inicial da horta proposto pela COOMPAG em 2018, no qual se apresentava a ideia de 40 canteiros com medições de 2,5 m de comprimento por 1 m de largura; e na figura 8, a área cedida pela prefeitura para a construção a horta, a qual apresentou a medida de 20 m de largura por 40 m de comprimento.

4 RESULTADOS

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados deste estudo. Aqui se apresentam o diagnóstico do programa de moradia implementado em Paragominas com foco no Residencial Morada dos Ventos e a sua relação com a política de agricultura urbana como ferramenta de promoção da segurança alimentar. Apresenta-se também o perfil dos moradores participantes do projeto de horta comunitária. Numa segunda perspectiva, é apresentado o resultado da qualificação dos moradores

participantes do projeto e da implantação da horta comunitária no Residencial Morada dos Ventos como estratégia de promoção da segurança alimentar.

4.1 DIAGNÓSTICO

No tocante à política pública habitacional desenvolvida em Paragominas, tomando por análise os anos de 2006 a 2018, tanto nas perspectivas de política de planejamento e instituição legal quanto na perspectiva da efetivação prática, foram identificados e analisados os seguintes mecanismos institucionais: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Paragominas, descrito pela Lei nº 597/2006; Fundo Habitacional de Interesse Social (FHIS), criado pela Lei nº 676/2008; Lei Orgânica Municipal, descrita pela LDO/2012; criação da Secretaria de Urbanismo, pela Lei nº 793/2012; Comissão de Revisão do Plano Diretor Participativo, instituída pelo Decreto nº 200/2018; Lei nº 584/2006, que aprovou o primeiro Projeto de Moradia Residencial Morada do Sol, loteamento urbano Residencial José Campos Gonçalves; Lei nº 797/2012, que aprovou o Projeto de Urbanização Residencial Morada dos Ventos; Lei nº 806/2012, que aprovou o Projeto de Urbanização Residencial Paricá; Lei nº 857/2014, que aprovou o Projeto de Urbanização Residencial Santa Rosa.

Ao PDDU, mecanismo que visa a orientar a ocupação do solo urbano da cidade, em vigência até o ano de 2018 e que agora se encontra em processo de revisão, cabe uma análise mais aprofundada, no tocante às vertentes abordadas nesta pesquisa: a política de moradia atrelada à política de inclusão social, no tocante à soberania alimentar e na questão da política de agricultura urbana como ferramenta de produção da segurança alimentar e nutricional, asseguradas no referido plano.

De acordo com o plano, no seu artigo 79, é especificada a política habitacional municipal com diretrizes políticas voltadas principalmente para a redução do déficit entre outras determinações conforme se verifica na íntegra do referido artigo:

Art. 79 – A política habitacional do Município de Paragominas objetiva:

I – Assegurar o direito social de moradia;

II – Reduzir o déficit habitacional;

III – Construção de novas unidades residenciais com boas condições de habitabilidade e padrões mínimos de conforto e segurança ao cidadão;

IV – Promover o remanejamento das famílias que habitam em áreas ambientalmente frágeis em condições precárias e inadequadas;

- V – Promover a urbanização e regularização fundiária das áreas ocupadas pela população de baixa renda;
- VI – Controle na implantação de loteamentos urbanos ilegais que degradem o meio ambiente;
- VII – Acompanhar as mudanças populacionais decorrentes do processo de migração e do crescimento natural, propondo alternativas de solução para o problema habitacional, a curto, médio e longo prazos, visando estabelecer medidas preventivas de conflitos sociais, invasões e outras ocupações indevidas. (PARAGOMINAS, 2006b, p. 27).

Observa-se que os objetivos traçados no referido plano visam, desde o seu inciso I, a assegurar o direito social à moradia, e que há uma preocupação em assegurar padrões mínimos de conforto na oferta, estabelecendo-se ainda uma relação entre a criação do empreendimento e a preocupação com a questão do impacto causado ao ambiente, prevista no inciso VI; percebe-se, porém, que, seguindo a política nacional de habitação, conforme se observa em estudos realizados por Cardoso (2013), o plano não deixa claro o desenho da inserção dos moradores na trama urbana, e nem tampouco especifica as estratégias de integração das famílias no novo programa de urbanização.

Há de constar que tais estratégias seriam de incumbência não especificamente do PDDU, mas do Plano Local Habitacional de Interesse Social (PLHIS), o qual identificaria as demandas habitacionais e reconheceria os caminhos que melhor atendessem a determinada comunidade, tomando-se em conta o caráter participativo de sua constituição. De acordo com Loureiro e Bezerra (2014), o PLHIS constitui estratégia de ações que definem mecanismos para resolver os principais problemas relacionados à habitação, da qual constam

[...] as diretrizes e objetivos da política local de habitação; as linhas programáticas e ações; as metas a serem alcançadas e a estimativa dos recursos necessários para atingi-las, por meio de programas ou ações, identificando-se as fontes existentes e ainda, os indicadores que permitam medir a eficácia do planejamento. (LOUREIRO; BEZERRA, 2014, p. 4).

Conforme pressupõem as autoras, a investigação mostrou que a implementação do programa não foi operada por meio do crivo participativo, nem tampouco a gestão dispõe de indicadores que comprovem a sua eficácia.

Há de destacar que o próprio PLHIS se estrutura a partir de cinco eixos principais, entre os quais o estabelecimento de indicadores faz parte de sua execução.

Neste sentido, as estratégias seriam uma resposta ao diagnóstico estabelecido na segunda etapa, conforme destaca o manual para implementação de PLHIS do governo federal.

Etapa I, Proposta Metodológica, objetiva: Sensibilizar e envolver a população na elaboração do Plano; Nivelar informações sobre o PLHIS, o PNH e a SNH; Apresentar o planejamento e o cronograma de execução do PLHIS; e Divulgar e aprovar os mecanismos de participação e de acesso à informação. Etapa II, Diagnóstico, objetiva despertar a percepção da população para os problemas urbanos e habitacionais e divulgar as informações produzidas nesta etapa. O nivelamento de informações, bem como a construção de uma leitura comum de problemas prioritários, são estratégias fundamentais para viabilizar o processo de tomada de decisões na etapa seguinte. Etapa III, Estratégia de Ação, objetiva pactuar as propostas e prioridades de intervenção. (BRASIL, 2009a, p. 69-70).

A etapa III determina os objetivos, ou o que se pretende realizar atendendo ao resultado do diagnóstico, estabelece as metas ou o quanto se pretende alcançar num universo de tempo, e constitui indicadores que são as ferramentas indicativas de eficácia do plano. Dada a estruturação da política nacional do PLHIS e a sua relação com a política local habitacional de interesse social, na perspectiva da oferta por unidade habitacional, constatou-se que a prática já vem sendo executada muito antes da política nacional de moradia do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)/2019. Destaca-se ainda que, entre os anos de 2002 a 2007, 764 unidades habitacionais foram ofertadas no município. O estudo aponta que, para o período em questão, foram atendidos os bairros Vila Dima Par, Jardim Atlântico, Promissão II e Flamboyant, com os respectivos empreendimentos: Residencial Maria de Lourdes Sobrinho; Residencial José Alberto de Araújo; Residencial José Campos Gonçalves; Residencial Olga Moreira; Residencial Helena Coutinho – na totalização de 764 Unidades Habitacionais.

Novas unidades habitacionais foram incorporadas a essa política de moradia, por meio do PMCMV e pelo pacto de adesão firmado com a rede municipal, num total de 2.464 moradias, sendo beneficiados 9.856 moradores, constituindo os residenciais Morada do Sol (2011), Morada dos Ventos (2014) e Santa Rosa (2016), constituídos, respectivamente, nos bairros Promissão III, Parque IV e Nagibão.

O novo programa gerou um impacto importante uma vez que a oferta triplicou a demanda anterior com o crescimento de mais de 200%, porém, o aumento exponencial não resolveu o problema do déficit habitacional, uma vez que os dados

representaram apenas 3,30% de oferta, sendo que o déficit apresentado pelo Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará (SIIS) para o período, apresentava um déficit de 50,22% para o município de Paragominas (MPPA, [S.d.]). Com relação ao processo de implementação do novo programa, a SEMAS informou:

[...] teve como objetivo possibilitar participação e a organização da população no processo de construção do seu novo espaço de moradia por meio de atividades que estimulem as potencialidades das famílias e sua permanência nos imóveis; a melhoria de qualidade de vida e a sustentabilidade do empreendimento. Buscando ainda incentivar a autonomia e os laços de solidariedade entre os moradores e a comunidade do entorno com vista a fortalecer e juntar forças para conquistar direitos ainda não atendidos. Para o desenvolvimento das ações foram utilizadas como técnica, abordagens com atendimento individualizado, visitas domiciliares, mobilização, observação, entrevista, reunião, exposição dialogada e instrumentos como, dinâmica de grupo, leitura dirigida, cinema, numa linguagem e forma a levar em conta os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais da comunidade. (Entrevista com Severina Felix da Silva Neta, técnica da SEMAS, 2019).

No que tange ao Residencial Morada dos Ventos, é notório que foram estruturadas e implementadas políticas importantes junto aos beneficiados, porém, observou-se que, embora se registre a criação do FHIS, com a competência, entre outras coisas, de estabelecer diretrizes e fixar critérios para priorização de linhas de ação, não se identificou a existência do PLHIS, e o instrumento utilizado pela gestão para implementação do programa considerou apenas alguns aspectos relacionados à ambientalização, os quais se descrevem em três eixos especificados na figura 9.

Figura 9 – Critérios gerais para implantação do programa habitacional no município

I. Carência de moradia	II. Perfil socioeconômico	III. Políticas de ambientalização para os beneficiados do programa
Atendimento a famílias com déficit de moradia	Renda familiar de R\$ 1.600 reais por família); Não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; Não ser cadastrado no (SIACI) e/ou (CADMUT); Não estar inadimplente com o Governo Federal.	Cursos de capacitações de abrangência: Social Econômico Ambiental Patrimonial Outros (saúde e educação)

Fonte: Elaboração própria (2019).

Conforme se observa na figura 9, a carência de moradia e o perfil socioeconômico (itens I e II), condições consideradas para a inclusão das famílias no programa, respondem ao predisposto na Lei nº 11.977/2009 do PMCMV (BRASIL, 2009b); porém, o item III, que pressupõe a oferta de cursos de capacitação abrangendo as áreas social, ambiental, econômica, patronal e outros relacionados à saúde, muito embora não se distancie da proposta prevista no PLHIS, não cumpre as exigências do plano nacional, uma vez que, mesmo nascendo de um diagnóstico, não se apresenta nos campos exigidos pelo plano, onde se consideram objetivos vinculados ao diagnóstico, além de não pertencer a um plano estruturado que considere metas e indicadores.

Numa descrição do item III, onde se têm as políticas de ambientalização para os beneficiários do programa, considerando-se como ações que comporiam o PLHIS, temos:

Condições gerais do benefício: Direitos e Deveres dos Moradores, Palestra sobre Tarifas e Programas Sociais dos Serviços Públicos e Pagamento da Prestação da Casa Própria, Palestra sobre Uso Racional de Água e Energia Elétrica, Palestra sobre Manual do Proprietário, Palestra sobre Prevenção de Incêndios, Oficina de Organização Social: Compreendendo as Atribuições do Trabalho do Síndico, Campanha de Incentivo a Adimplência; **Empreendedorismo e geração de renda:** Oficina com Temas Relacionados à Organização Coletiva, Liderança e Cidadania, Oficina sobre Pequenos Negócios com Ênfase na Divulgação dos Serviços, Oficina de Reciclagem com Garrafa PET, Oficina de Horta Comunitária, Cursos de decupagem, customização de sandálias, Oficina de Economia Criativa – Design e artesanato, Oficina de Economia Criativa – Artigos Decorativos, Oficina de Manipulação de Alimentos, Curso de Design de Sobancelhas HENNA, Cursos de Manicure, Curso de Unhas Decoradas, Levantamento de Dados sobre Perfil/Vocação Produtiva dos Beneficiários do Residencial, Palestra sobre Empreendedorismo e Microcrédito, Curso de Capacitação para o Primeiro Emprego; **Saúde e meio ambiente:** Palestra sobre Coleta Seletiva do Lixo Orgânico, Oficina de Jardinagem, palestra sobre Higiene, Saúde e Moradia, Oficina sobre Prevenção ao Uso de Drogas, Roda de Conversa sobre Planejamento Familiar, Palestra sobre Violência Doméstica, Campanha Ambiental: Vamos Separar os Resíduos Sólidos dos Orgânicos, Ação de Saúde Preventiva, Oficina para Multiplicadores Ambientais, Capacitação das Lideranças para Reciclagem dos Resíduos Orgânicos, Campanha de Sustentabilidade Ambiental, Mutirão de Limpeza na Comunidade; **Cultura e lazer:** Roda de Conversa sobre Convivência Comunitária, Atividade Cultural Aula de Dança Contemporânea, cinema na rua com tema socioambiental, Atividade de Integração Lazer e Cultura, sarau de leitura. (PARAGOMINAS, 2019).

Percebe-se que, pelo número de ações realizadas, o movimento em torno do empoderamento das famílias na questão da autonomia financeira somou o maior número de estratégias, porém a inexistência de expertise trazida pelo PLHIS

impossibilita que se consiga medir a eficácia das ações. A não existência dos indicadores impossibilita que haja respostas efetivas com relação ao empoderamento financeiro das famílias. Também não se evidenciou a existência de aporte financeiro agregado que possibilitasse ao cursante adquirir insumos para abrir o seu próprio negócio. Ficou evidente que a oferta dos cursos apenas cumpria determinação do programa e, de acordo com a secretaria, havia pouco interesse da comunidade em participar. Em entrevistas com moradores locais, observou-se que, de todos os cursos ofertados, apenas os cursos relacionados à saúde e meio ambiente têm registros de eficácia, no que tange ao trabalho com a coleta de resíduos que alimentam a cooperativa de resíduos orgânicos do bairro, ainda que a respeito desse trabalho não haja informações ou estudos acerca do custo benefício envolvido.

Porém, embora se tenha consolidado a política de implementação do programa, percebe-se que a falta do PLHIS deixa lacunas abertas que precisam ser consideradas. Isto não significa dizer que o plano, por si só, já garantiria a eficácia nos sistemas de moradia, porém o mesmo, enquanto estrutura de suporte, tem uma grande representatividade, à medida que congrega ações e estratégias, articulando-se a objetivos que, por sua vez, são gerados em resposta ao diagnóstico inicial, levantado. Sobre esse aspecto do PLHIS, Loureiro e Bezerra (2017), postulam que:

A elaboração do PLHIS pelos Estados e Municípios brasileiros vem se configurando como ferramenta importante para as mudanças culturais desejadas com relação às necessidades sociais no espaço urbano, especialmente em termos de moradia e do direito à cidade; e, também, como material de referência à formulação e implementação de políticas públicas de combate à exclusão sócio-territorial, além de contribuir para a promoção da cidadania, onde o indivíduo passa a fazer parte do processo de decisão e planejamento do município onde vive.

Neste aspecto, retoma-se a importância do PLHIS no município, uma vez que a este se atrelam as reais necessidades da comunidade, pois se constrói de forma participativa, somando-se ainda a aplicação de indicadores que apontam os resultados e indicam as fissuras que precisam ser corrigidas. Porém, como já frisado anteriormente, o plano por si só não resolve os problemas relacionados à moradia, até porque ele mesmo pode apresentar incongruências. A exemplo, cita-se Costa (2016), que submeteu à análise a implementação de 21 PLHIS em cinco cidades paraenses, identificando em alguns a ausência de estratégias que contemplassem

grupos específicos estabelecidos em leis de alcance federal, como idosos, pessoas com deficiência, mulheres mantenedoras do lar, entre outros.

Na segunda linha dignóstica, cuja demanda envolveu as famílias residentes na área delimitada na pesquisa, em resposta ao questionário e ao roteiro de entrevistas (disponíveis nos Apêndices), os blocos de I a IV relacionaram-se ao levantamento socioeconômico (figura 10). A partir dos dados levantados, identificou-se um grupo com significado nível de carência em todos os níveis do campo analisado. No grupo, apenas 26,2% possuem o Ensino Médio completo, e 37,7% não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. É uma população composta em sua maioria por mulheres jovens, pois o número maior é de mulheres, chegando a 77,4%, e cerca de 81,9% com idade entre 18 a 41 anos.

Figura 10 – Perfil dos beneficiados do programa, entrevistados

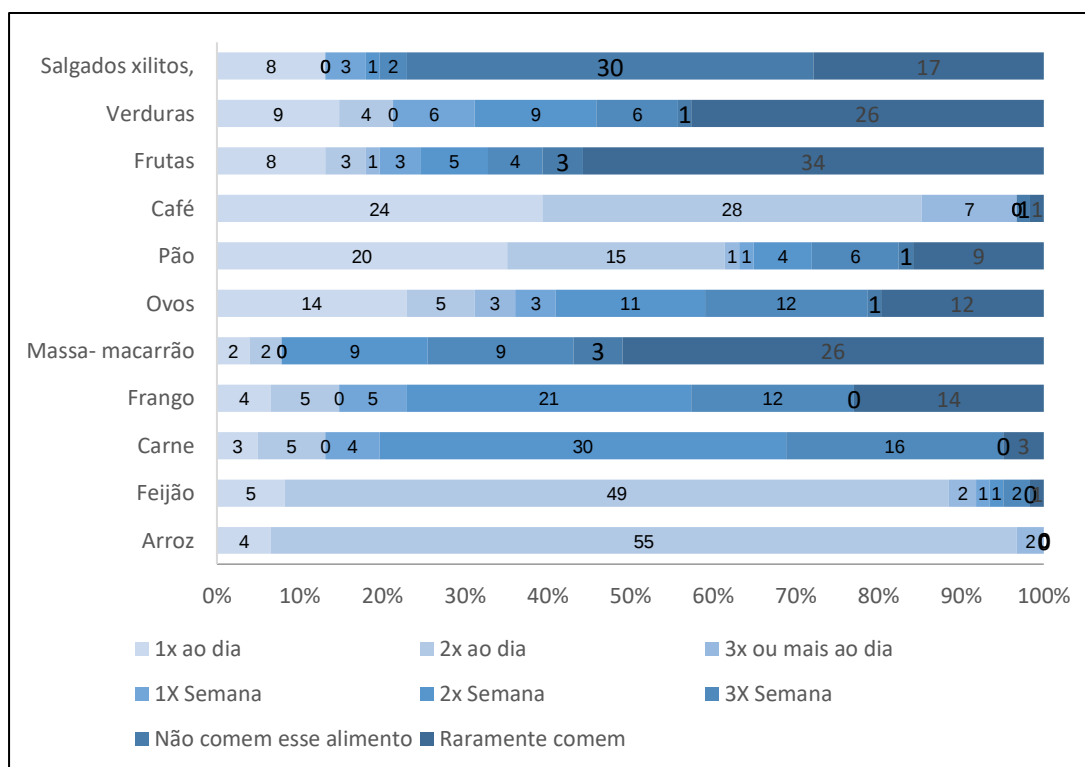
Itens	Quant. de Pessoas	%
Idade/anos		
18 a 29	20	32,7
30 a 41	30	49,18
43 a 53	10	16,39
Mais de 54	1	1,63
Sexo		
Masculino	14	22,9
Feminino	47	77,04
Composição do núcleo familiar		
Família composta entre 2 a 3 pessoas	21	34,4
Família composta entre 4 ou mais pessoas	40	65,5
Escolaridade		
Não alfabetizado	2	3,3
Fundamental Incompleto	23	37,7
Fundamental Completo	17	27,8
Ensino Médio	16	26,2
Superior	3	4,9
Renda familiar		
Sem renda (desempregado (a))	6	9,8
Menor que 1 salário mínimo	16	26,2
De 1 a 2 salários mínimos	36	59
Maior que 2 salários mínimos	3	4,9
Principal fonte de renda		
Bolsa família	6	9,8
Bicos (diárias/serviços gerais)	25	40,9
Não tem complementação de renda	30	49,1

Fonte: Elaboração própria.

Referindo-se à taxa de poder aquisitivo, verificou-se que 59% das famílias vivem com renda entre 1 a 2 salários mínimos mensais. Destes, 26% contam com renda inferior a 1 salário mínimo por mês. Um fator de extrema importância é a quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar, pois, de acordo com a pesquisa, 65,5% das famílias são formadas por núcleos de 4 a 7 pessoas, o que chama a atenção, tendo em vista a renda familiar das mesmas, já colocada em discussão.

Com relação ao perfil nutricional e à cultura alimentar dos entrevistados (bloco V), verifica-se no gráfico 2 que a maioria das famílias (69%) realiza 4 ou mais refeições ao dia, cerca de 30% realizam até 3 refeições diárias; no entanto, a qualidade da alimentação ingerida chama a atenção com relação às propriedades nutricionais que apresentam e quanto ao equilíbrio entre proteínas, carboidratos e fibras alimentares, salvo pela presença de arroz e feijão nas duas principais refeições de cerca de 90% das famílias, e ovos, proteína presente em mais de 80% dos lares.

Gráfico 2 – Alimentos que compõem as refeições dos entrevistados por frequência e consumo



Fonte: Elaboração própria (2019).

Com relação ao consumo de verduras, considerando-se que a ingestão desse alimento é fundamental para o equilíbrio nutricional, tanto pela oferta de fibras quanto também pela contribuição em minerais e vitaminas, que dão equilíbrio à nutrição e ao funcionamento saudável do corpo, sobretudo nas crianças em fase de desenvolvimento, pouco mais de 14% das famílias as consomem diariamente. É um alimento raro à mesa de 26 lares. A reflexão sobre esse aspecto da cultura alimentar dos entrevistados chama a atenção, à medida que evidencia a carência nutricional das famílias e reflete o quadro da insegurança alimentar da maioria da população brasileira, trazendo à discussão o real papel da nutrição adequada, de modo que se discute o velho jargão de que “comer bem não significa comer muito”, mas sobretudo é equilibrar os alimentos de forma que todas as necessidades nutricionais sejam contempladas. Essa também é a afirmação de Philippi (2015), quando aponta que:

Para o planejamento de dietas saudáveis, deve-se considerar e incorporar o conceito “escolha alimentar inteligente” ou seja, escolher alimentos e/ou preparações, diminuindo o consumo de gorduras e açúcares e aumentando o de frutas, legumes, verduras, grãos integrais, leite, queijo e iogurte desnatado e sobretudo (grifo nosso), deve haver estímulo ao consumo dos alimentos regionais e locais pois além a valorização cultural, provavelmente serão consumidos alimentos com melhor valor nutritivo, com mais sabor e prazer. O consumo adequado e variado, com a presença de todos os grupos e alimentos, contribui para uma alimentação saudável. (PHILIPPI, 2015, p. 42).

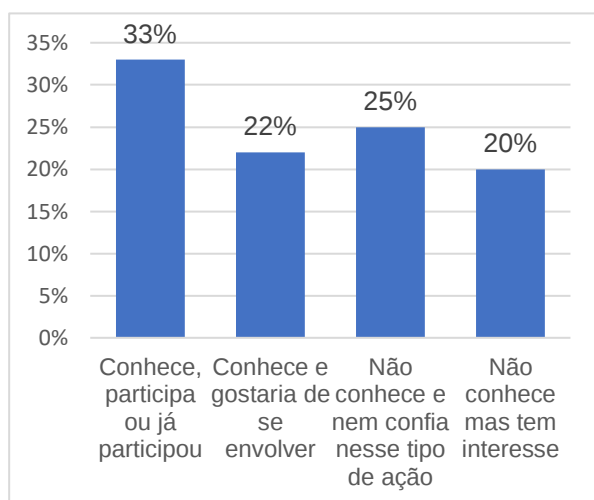
Entende-se por “escolha alimentar inteligente” a escolha pelo equilíbrio dos alimentos, a possibilidade de assegurar que as refeições contemplem os grupos alimentares adequados para a nutrição do corpo, o que não é possível identificar no grupo estudado, sendo comprovada a quase inexistência do consumo de frutas e verduras. A explicação para esse fenômeno deu-se ao relacionar o perfil alimentar dos entrevistados com a renda familiar dos mesmos. As famílias que consumiam verduras e frutas eventualmente, ou não consumiam, se enquadravam entre as de renda menor que 1 salário mínimo mensal. Nas palavras da entrevistada Simone, “a verdura tá cara. O dinheiro que aparece a gente compra mistura, feijão, leite pro menino, o que der pra comprar”.

Neste sentido, a escolha fica a cargo das necessidades. O feijão, o leite, a mistura, representam o básico da feira da semana e não podem ser sacrificados. A

análise responde às indagações levantadas na pesquisa, no ponto em que se discute o bem-estar social ligado à questão da segurança alimentar dos beneficiados do programa de moradia, registrando-se que as estratégias desenvolvidas se mostraram ineficazes no referido aspecto. Vale lembrar que, entre os cursos ofertados pela gestão municipal por ocasião da implementação do programa, um foi direcionado para a produção de horta comunitária, ferramenta importantíssima para a promoção da segurança alimentar, porém ficou apenas na oferta e não houve avanço no sentido de produzir os alimentos.

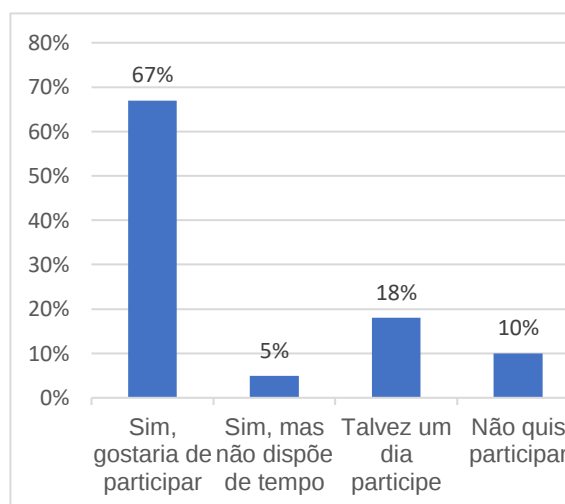
Quanto às experiências e técnicas referentes ao cultivo de hortaliças, nas perguntas relacionadas aos blocos VI e VII, foi indagado aos entrevistados se conheciam ou já haviam praticado o cultivo de hortaliças, ou vivido experiências semelhantes em residência anterior ou no passado com seus familiares, se conheciam a prática do trabalho em coletividade e se tinham interesse em ingressar em projetos ligados a este conceito, a resposta a essas questões estão dispostas nos gráficos 3 e 4 abaixo.

Gráfico 3 – Concepção dos moradores sobre o trabalho coletivo



Fonte: Elaboração própria (2019).

Gráfico 4 – Interesse dos moradores em participar do projeto



Fonte: Elaboração própria (2019).

De acordo com as experiências do trabalho em coletividade, 33% dos entrevistados disseram já estar envolvidos em projetos dessa natureza ou já terem vivido experiência semelhante, apontando o projeto da COOMPAG como uma das

experiências; 22% demonstraram interesse em envolver-se em ações coletivas, porém 25% demonstraram desinteresse e desconfiança em trabalhos desenvolvidos dentro do conceito da coletividade e cooperativismo. Já no tocante ao interesse efetivo de envolver-se no projeto da horta comunitária, registrou-se um interesse importante das famílias em participar, totalizando 67% dos entrevistados, no total de 41 pessoas. Os outros 33% dos entrevistados não demonstraram interesse ou disseram não dispor de tempo para envolver-se no projeto.

Os resultados apresentados permitem mostrar que há certa resistência para o conceito de cooperatividade, quer pela desconfiança ou pelo desconhecimento da metodologia; no entanto, repercutiu positivamente a compreensão das famílias quanto ao valor nutricional que a horta agregaria à alimentação das suas famílias, e dessa representatividade na saúde das crianças, dos idosos e de todos os membros do núcleo familiar, levando-os à adesão ao projeto.

Conhecer essas particularidades do público investigado permitiu pensar e ajustar o curso de capacitação a ser ofertado, uma vez que, partindo das experiências já vivenciadas pelas famílias, foi possível agregar maiores conhecimentos para a efetivação da prática, e por outro lado, as respostas permitiram identificar quais dos moradores estavam dispostos a se envolver, de fato, no projeto.

4.2 QUALIFICAÇÃO DOS MORADORES PARA ENVOLVIMENTO DO PROJETO

Essa etapa do projeto foi considerada a de maior relevância, uma vez que das relações de aprendizado e comprometimento firmados pelo grupo dependeria o sucesso da horta. Por esta razão, havia uma preocupação com relação à participação efetiva das famílias selecionadas, tendo em vista as experiências relatadas pela Associação dos Moradores, com relação ao trabalho na cooperativa envolvendo a comunidade.

Uma das preocupações era se as pessoas continuariam no projeto em face dos primeiros desafios encontrados, tendo em vista que era um trabalho importante, porém exigiria empenho e rotina de atividades; e se o conceito de coletividade seria de fato exercitado pelo grupo, uma vez que apenas um terço dos entrevistados já haviam exercitado essa metodologia de trabalho. Esse desafio é compartilhado por

Calbino et al. (2017), em análise do programa de agricultura urbana em Sete Lagoas (MG), e apontado como importante. De acordo com os autores,

Também devem ser consideradas as dificuldades referentes às questões culturais e sociais que envolvem os produtores familiares. Geralmente, por se tratarem de hortas comunitárias, a demanda por relações cooperativistas e baseadas em uma cultura de responsabilidade se apresenta como fundamental para a sua sustentabilidade. (CALBINO et al., 2017, p. 73).

Nesta perspectiva, para a etapa da qualificação dos moradores, adotou-se uma metodologia que contemplava os conhecimentos prévios das famílias, as experiências vivenciadas, e sobre os quais se agregaram outros conhecimentos, construídos a partir da prática coletiva.

A capacitação envolveu dois momentos importantes; o primeiro encontro ocorreu em abril de 2019 e foi pautado no planejamento. Nele foram apresentados aos participantes temas relevantes relacionados ao projeto em questão. A pauta do encontro contemplava os seguintes pontos: I – da produção de alimentos ao potencial da horta comunitária enquanto estratégia de promoção da segurança alimentar; II – a horta comunitária e o seu valor agregado à saúde, ao ganho econômico e social que pode ser gerado através do trabalho em regime comunitário; III – o papel das cooperativas como arranjos sociais na promoção da independência financeira; IV – ações relacionadas à produção da horta, a rotina de trabalho e a dedicação que implicaria a cada associado. Esse encontro aconteceu na sede da COOMPAG e contou com a participação de 20 famílias representadas.

Ainda nesse primeiro encontro, os participantes solicitaram que o cronograma do curso fosse construído em consideração aos horários em disponibilidade do grupo, visto haver famílias cujos representantes não dispunham do dia todo para o estudo. Ficou então acertado que, logo no primeiro dia do curso, essa discussão entraria em pauta e seria ajustada conforme a pauta do formador.

Na segunda etapa da capacitação das famílias, que se deu por meio da oferta do curso de olericultura básica, todas as famílias cadastradas no primeiro encontro participaram. O curso teve a carga horária de 32 horas e seguiu a linha já planejada para, a partir dos conhecimento preexistentes dos participantes, agregar informações técnicas sobre o cultivo de hortaliças. Outra metodologia associada se configurou no campo da prática, onde cada participante, a partir da contrução e reconstrução de

conceitos, experienciava na prática o conteúdo estudado. Essa metodologia foi aplicada pela instituição parceira SEMAGRI: ensinar a fazer fazendo e aprender a fazer fazendo, além de possibilitar o exercício prático, trouxe resultados importantes, uma vez que os participantes experimentavam a teoria ensinada pelo formador e agregavam conhecimentos técnicos aos seus saberes culturais preestabelecidos. Cotrim (2017) defende esse método de ensino como facilitador do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que congrega “técnicas e ferramentas que propiciam uma interface entre os atores com características dialógicas”.

O conceito de agroecologia defendido por Altieri (2002) deu base a toda a construção de ideias de cultivo sem dano ao ambiente, no sentido de que toda e qualquer ação do homem fora dos padrões da natureza pode configurar agressão ao meio ambiente, no caso de não se considerar o caminho mais próximo ao equilíbrio natural. Durante o curso os participantes puderam construir defensivos para o controle de pragas a partir de materiais alternativos, como fumo, vinagre e detergente, substâncias que, a partir da combinação de dosagens, podem prevenir danos futuros à produção e substituir os implementos sintéticos, que envenenam as plantas, o solo e se projetam para maiores danos, chegando até a contaminar a água subterrânea.

Entre as atividades práticas do curso ocorreu a construção de uma horta modelo, atividade em que os cursantes puderam exercitar as etapas de: a) preparo do solo: (areia para deixá-lo seco e solto ou argila para torná-lo mais úmido, ou material orgânico como folhas secas, esterco para dar nutrição ao solo e melhorar a sua textura); b) água (irrigação – nível de umidade, nível de saturação do solo); c) produção e manejo de mudas, transporte; d) plantio.

Todas essas etapas foram executadas com as culturas de quiabo, pimentão, alface, almeirão, couve e coentro. Para a escolha das hortaliças, levou-se em conta a cultura alimentar dos participantes e o processo de cultivo abordado e experienciado no curso, foi trabalhado dentro dos conceitos agroecológicos.

Lobo e Silva (2017) submeteram a avaliação de um projeto de educação rural com base na produção agroecológica, e, de acordo com os autores, esse método de ensino mantém os participantes envolvidos no processo de construção do conhecimento e possibilita a compreensão dos conceitos, uma vez que, ao revisar

mentalmente a experiência vivida, o estudante tem condições de replicar a prática desenvolvida.

Quadro 1 – Cronograma do Curso de Olericultura Básica

Data/ Horário		Atividades
21/10	13h00 às 18h00	Aula inaugural: Apresentação da ementa do curso
22/10	13h00 às 18h00	Aula expositiva: Cultivo de hortaliças – Práticas de preparo do solo
23/10	08hh0 às 11h00	Apoio técnico aos cursistas na sede da Cooperativa
	13h00 às 18h00	Aula expositiva: Cultivo de hortaliças – Controle de pragas Prática: Defensivos naturais e adubo orgânico – compostagem
24/10	08hh0 às 11h00	Apoio técnico aos cursistas na sede da Cooperativa
	13h00 às 18h00	Aula expositiva: Cultivo de hortaliças Prática: Preparo para o plantio e produção de mudas
25/10	08hh0 às 11h00	Apoio técnico aos cursistas na sede da Cooperativa
	13h00 às 18h00	Aula prática: Construção de canteiros e transposição de mudas

Fonte: Elaboração própria (2019).

Atendendo a uma solicitação do grupo com relação ao ajuste do cronograma do curso (quadro 1), foi ajustado o cronograma com o horário da tarde (13h a 18h), aula teórica e prática, e no período da manhã (8h a 11h), apoio técnico às equipes que estavam à frente dos grupos de trabalho extraclasse. É importante lembrar que, para a oferta do curso, considerou-se a cultura de consumo de hortaliças da comunidade: quais as hortaliças que lhes iam à mesa com mais frequência, conforme lhes era possível pelo poder de compra. Esse resgate foi considerado importante, porque partiria das necessidades reais das famílias até a introdução de novas culturas de valor nutricional, também necessárias para a promoção da sua segurança alimentar.

Experiência semelhante foi experimentada por Renata Pinto et al. (2017) em horta comunitária na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), quando os autores, em parceria com a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, por meio do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS), promoveram a construção de horta comunitária em uma comunidade próxima. No desenvolvimento do projeto, as autoras promoveram um resgate dos conhecimentos tradicionais do grupo, a partir do qual foram agregando os valores nutricionais

importantes com o objetivo de promover a retomada dessa cultura na alimentação das famílias.

Figura 11 – Participantes do curso no preparo de mudas



Fonte: Foto da autora.

Figura 12 – Seleção de mudas para o plantio nos canteiros de treinamento



Fonte: Foto da autora.

Na experiência de Paragominas, essa metodologia também se confirmou como a mais indicada, uma vez que, no levantamento de dados colhidos na pesquisa de campo, 67% dos entrevistados já conheciam ou haviam praticado, em algum momento de suas vidas, experiências relacionadas ao cultivo de hortaliças.

Neste sentido, o curso ofertado às famílias envolvidas no projeto procurou concentrar atividades conceituais com aplicabilidade na prática, pois a partir da aproximação com o conceito elaborado os atores praticavam cada etapa, revezando-se entre produção de mudas, construção de mudas, construção de canteiros experimentais, irrigação, plantio, controle de pragas. As figuras 11 e 12 trazem os participantes no momento da seleção das sementes e no momento de plantio das mudas selecionadas na estufa, respectivamente.

Sobre esse evento foi possível avaliar o nível de satisfação dos participantes pela aquisição dos saberes e pela possibilidade de fazer uso desse saber em atividade prática em seu benefício. Na finalização do curso, foi proposta uma avaliação oral, durante a qual o presidente da cooperativa, Luiz Vaz, agradeceu a parceria estabelecida e falou da satisfação de estar alcançando mais essa etapa de aprendizagem envolvida no projeto, e que logo esse saber seria aplicado na prática de cada participante.

Pra mim foi muito importante fazer o curso porque eu já conhecia de plantação, porque eu morava na roça quando era criança, mas no curso aprendi coisas que eu não sabia. Eu até ensinei pra minha família lá em Bragança sobre o remédio caseiro pra controlar os bicho que dá nas plantas. (Vanda – Participante da comunidade).

Eu já plantei muito, trabalhei fazendo horta com meu pai e a gente capinava e queimava o mato e jogava as cinza nas plantas. Pra mim a terra limpa é que era boa. Aprendi no curso que a gente pode enriquecer a terra com o mato capinado. (Valdir – Participante da comunidade).

A partir dos depoimentos foi possível concluir que as contribuições de aprendizado para o grupo foram grandiosas, à medida que foram agregados mais conhecimentos às suas experiências. Embora o grupo todo não permaneça no projeto ou se mude para outro município, esse saber será incorporado às suas práticas e fará diferença em suas vidas, na condição em que essa pessoa qualificada passa a sentir o desejo de representar na prática o conhecimento adquirido.

Com relação à frequência, o índice de presença dos participantes foi alto, e isto se deve ao interesse dos moradores em aprofundar seus conhecimentos e conhecer novas técnicas. Por outro lado, a metodologia de ensino adotada conseguiu agregar os participantes na dicotomia teoria e prática, o que os envolvia na solução de situações e problemas apresentados, criando soluções práticas a partir de elementos de seu cotidiano e, acima de tudo, fazendo-os tomar decisões fundamentadas coerentes e sustentáveis a partir dos conceitos construídos ou viabilizados por meio das práticas apresentadas no curso ofertado.

4.3 CONSTRUÇÃO DA HORTA

A partir do artigo 68 do PDDU, dadas as diretrizes firmadas para as políticas voltadas para a agricultura urbana e periurbana, a análise tornou-se necessária, uma vez que a partir da política estruturada seria possível desenhar o projeto da horta com base no provimento de recurso previsto na referida política. No entanto, observou-se que, na referida lei, em toda a proposta relacionada à cobertura vegetal urbana, apenas se contemplavam estratégias ligadas ao embelezamento da cidade, à

proteção dos leitos dos rios e ao favorecimento do microclima por meio de arborização de praças, ou seja, trata-se da oferta de lazer, proteção de áreas com mata ciliar, redução do calor, melhoria da paisagem, redução de ruídos e estresse, entre outros, porém nenhum aspecto do PDDU diz respeito à questão da agricultura urbana de modo que se possa lançar mão no financiamento da horta.

- a. Recompôr o microclima urbano, integrando-o ao macrossistema ambiental local, preferencialmente, utilizando espécies nativas da região;
- b. Promover a arborização pública na cidade haja vista que as áreas verdes proporcionam inúmeros benefícios, tais como: I – sombreamento e redução do calor; II – diminuição do teor de poeira no ar, dos ruídos e do stress; III – melhoria da paisagem com grande efeito visual;
- c. Arborização nas calçadas e praças da cidade;
- d. Plantio de espécies adequadas às diferentes vias cujas raízes não provoquem danos aos passeios públicos;
- e. Poda nas árvores localizadas nas vias públicas com remoção dos galhos e folhagens resultantes desta;
- f. Recomposição da mata ciliar às margens dos igarapés para evitar a erosão e o consequente assoreamento dos cursos d'água;
- g. Propiciar condições para manutenção dos pássaros e pequenos animais silvestres locais;
- h. Criar espaços arborizados de uso público para lazer e contemplação. (PARAGOMINAS, 2006b, p. 20).

Uma vez que o PDDU não contemplava a prática de agricultura urbana, conforme se lê no artigo 68 acima, não foi possível obter o aporte de recurso para financiamento estrutural do projeto, tanto na viabilização do terreno para cultivo quanto na aquisição de materiais. Porém, esta lacuna foi preenchida a partir das parcerias com a SEMINFRA e a COOMPAG, sendo que por meio da SEMINFRA foi disponibilizado o terreno, situado na Avenida Prof. Manoel Pereira da Silva, s/n, medindo 800 m², próximo da comunidade, e pela COOMPAG vieram os recursos financeiros que subsidiaram a aquisição da estrutura para proteção da área, a caixa d'água para irrigação, insumos como sementes e composto orgânico para nutrição do solo; os demais materiais, como portão e material para irrigação, foram adquiridos com recursos próprios.

Vale ressaltar que a cooperativa está situada no Residencial Morada dos Ventos e foi criada com o objetivo de gerir a central de reciclagem, instalada naquele projeto de moradia após ter sido adquirida pela SEMAS, em financiamento junto ao Ministério das Cidades e atrelado ao programa Boas Práticas da Caixa Econômica Federal; foi possível sua implementação como experiência única, no Brasil, do

programa PMCMV. A aquisição da central de reciclagem configura-se como uma política de inserção social e geração de renda, implementada pela Prefeitura a fim de promover na comunidade local melhorias no poder aquisitivo por meio da venda do composto orgânico, principal produto gerado pela central.

Outro fator de extrema importância, gerado por meio da central de reciclagem, deu-se no campo da sustentabilidade ambiental, pois a matéria-prima do composto orgânico gerado era o resíduo orgânico produzido na comunidade, que a partir dos processos implicados na recicladora tomava outro destino e deixava de sobrecarregar o ambiente nos lixões da cidade. O sistema de gestão operou na dinâmica em que as famílias recebiam um balde no qual depositariam todas as sobras de alimentos, como cascas de legumes, restos de alimentos em geral, cozidos ou não cozidos, e que posteriormente seriam recolhidos pela cooperativa para alimentar a central de reciclagem.

Porque a problemática da destinação correta do resíduo ainda é um grande desafio para os governos brasileiros. E em Paragominas, a Equipe do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS identificou que esse também era um problema nos residenciais do Minha Casa Minha Vida. O lixo era jogado nas ruas e nos quintais, o que atraía insetos, ratos e com isso, doenças. Além do trabalho de conscientização ambiental junto aos moradores, com orientações sobre separação do lixo, faltava um projeto que contemplasse a destinação correta para os resíduos orgânicos. "Foi aí que pensamos em utilizar máquinas compostadeiras, onde o lixo passa por um processo de desidratação e se transforma em uma massa que pode ser utilizada como adubo orgânico", explica Rosenilde Oliveira, coordenadora do PTTS Paragominas. (VILHENA, 2016).

De acordo com a então secretária municipal, a política de transformação dos resíduos cumpriria dois papéis importantes: o primeiro seria dar um tratamento adequado aos resíduos produzidos pelos moradores, e por outro lado promover a geração de renda na comunidade, uma vez que a produção de compostos orgânicos seria vendida no município, operada por uma cooperativa de recicladores.

Embora a entidade produzisse adubo orgânico para venda (figura 13), não havia ainda submetido a sua utilização à produção própria para a comunidade, exceto em algumas experiências desenvolvidas no ambiente das escolas municipais, fato viabilizado por meio do projeto da horta comunitária, uma vez que toda a produção de nutrição dos canteiros foi realizado por meio do composto produzido na cooperativa. Vale lembrar que uma das metas da COOMPAG, a partir do Projeto Sustentabilidade,

incluía a construção de horta com a comunidade, cujo escopo foi agregado ao projeto de pesquisa em destaque, somatizando as lideranças para efetivação do projeto, por meio do qual se obteve o aporte financeiro para o financiamento das etapas dele.

Figura 13 – Produtos da COOMPAG (2018)



Fonte: COOMPAG (2018).

Na gestão desse processo, a COOMPAG tem um papel primordial de congregar saberes, interesses comuns, dando funcionamento reconhecido ao programa. Convém lembrar que a cooperativa foi fundada ainda em 2016, inicialmente com 32 cooperados, contando atualmente com 16 associados. É coordenada por um Conselho Administrativo e presidida por Luiz Vaz.

Vale ressaltar que a cooperativa precisava desenvolver um projeto de horta comunitária, disponibilizava recurso, mas ainda não havia construído a expertise de desenvolvimento dela. Neste sentido, agregou-se à ideia do projeto de pesquisa em questão, passando assim a seu financiamento. Uma vez estabelecida a parceria, foram estruturadas linhas de ação para o desenvolvimento do projeto: a) preparo do solo (irrigação, calagem, nutrição, proteção); b) preparo das mudas e plantio.

4.3.1 Preparo do solo

A oportunidade do composto orgânico produzido pela COOMPAG agregou um elemento de fundamental importância no preparo do solo para o cultivo das

hortaliças, uma vez que não haveria a necessidade de realizar a compostagem para a nutrição do solo, já que esse elemento foi produzido em grande escala e com menor intervalo de tempo, por meio da usina de propriedade da cooperativa, cujos resíduos foram coletados na comunidade a partir do sistema de coleta desenvolvido pela cooperativa.

De posse do composto, partiu-se para o preparo do solo, em cujo processo foram consideradas as seguintes questões: o solo apresentava um alto grau de compactação, e essa característica impossibilitava a absorção de água, o que por sua vez prejudicaria as raízes das plantas; o solo era desprotegido, em área livre, apresentava baixo teor nutricional e precisava ser corrigido.

Figura 14 – Área para construção da horta



Fonte: Foto da autora (2019).

Figura 15 – Preparo do solo



Fonte: Foto da autora (2019).

Para correção deste aspecto, a partir de orientações dos agrônomos da SEMAGRI, foram realizadas a dragagem e a calagem na área de 800 m², estratégias estas necessárias, tendo em vista a compactação e a acidez do solo característico de Paragominas, o qual apresenta o tipo latossolo amarelo, com alto grau de intemperismo, profundo, ácidos e rico em alumínio, com predominância em 94,6% de cobertura no município (RODRIGUES et. al., 2003).

Para preenchimento dos canteiros foram utilizados 15 m³ de terra preta, 30 kg de composto orgânico produzido na COOMPAG na proporção de 2 kg X m³ de terra

preta. A construção dos canteiros seguiu as condições do terreno e o desenho construído a partir da dragagem, sendo construídos 20 canteiros a partir da abertura no solo com a máquina rotocanteiradora de propriedade da SEMAGRI.

Figura 16 – Construção dos canteiros



Fonte: Foto da autora (2019).

Figura 17 – Adubação dos canteiros



Fonte: Foto da autora (2019).

Figura 18 – Plantação da horta



Fonte: Foto da autora (2019).

4.3.2 Plantio

Para a realização do plantio da horta, considerando-se o período de verão, o transplante das mudas foi realizado no horários de 16h30 a 18h30, período de menor

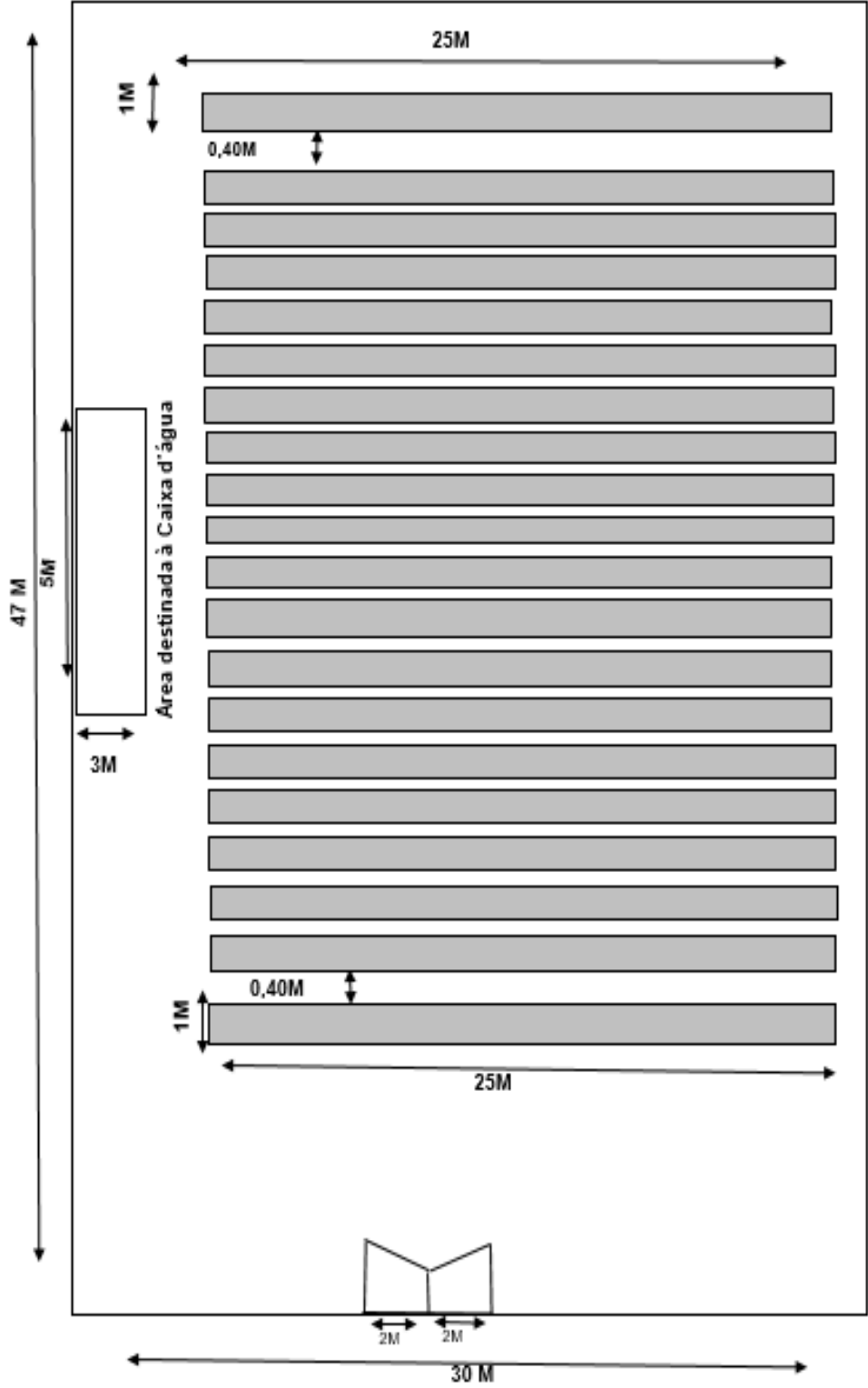
incidência do sol, recomendado pelos especialistas no que concerne ao cultivo de determinado tipo de hortaliças. A figura 18 acima mostra o plantio de folhosas (couve e alface); nas figuras 16 e 17 têm-se a caracterização e a nutrição dos canteiros.

Para a irrigação da horta, com o apoio da COOMPAG, foi adquirida uma caixa d'água com a capacidade de 1000 litros. A ideia inicial era dispor de um reservatório de grande porte a fim de possibilitar maior fluidez e consistência aos jatos por ocasião da irrigação. Porém, o tamanho da caixa trazia dificuldade para o suporte sobre o qual seria erguida, uma vez que não havia recurso para a construção da base de concreto, e a madeira para sustentação precisaria ser de robustez semelhante.

Diante disso, a partir da parceria com a SEMMA foi possível adquirir madeira por meio da doação de 4 toras de madeira com 10 m de comprimento por 2 m de largura, que foram serradas e adaptadas para sustentação da estrutura. Todo o processo de serragem da madeira, transporte e construção da estrutura demandaria algum tempo, porém as mudas já se encontravam em tempo de transplante; portanto, foi adaptado um sistema de irrigação preliminar para operação temporária e posteriormente seria erguida a estrutura que daria suporte a um maior reservatório de água.

Para garantir a manutenção dos cuidados com a horta, relacionados a irrigação, transplante de mudas, adubação e colheita foi organizado um cronograma de trabalho cuja gestão ficaria na responsabilidade da diretoria da Cooperativa COOMPAG que por sua vez, coordenaria os trabalhos na horta, assegurando que cada um dos envolvidos no projeto, tivesse assinalado o seu dia semanal de trabalho, garantindo assim a manutenção do manejo diário na horta.

Figura 19 – Planta baixa da Horta Comunitária



Fonte: Elaboração própria (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa coletou e analisou informações importantes relacionadas a moradia, perpassando pela condição da oferta e pela qualidade com que essa política pública de alcance social é alcançada, sobretudo no município de Paragominas.

Os estudos no campo do déficit de moradia, gerado a partir do processo de ocupação urbana com escala mundial, trazem a atual situação habitacional na perspectiva da Amazônia, e sobretudo na do estado do Pará, cujo ordenamento é fruto dos eventos marcados pela entrada de projetos governamentais na Amazônia, e que, seguindo a moda global, também trazem suas intercorrências próprias, afetando a vida das pessoas, quer pela busca de moradia, quer pela busca da dignificação da moradia.

Os projetos da política nacional habitacional registram avanços na perspectiva da oferta e do aparato governamental de gestão, porém ainda há muito a ser alcançado, considerando o déficit habitacional nacional de mais de 7 milhões de moradias.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) cumpre seu papel na redução da demanda, com impactos importantes; porém, carece de gestão com mais eficiência por parte dos municípios, uma vez que cabe a estes entes federados a execução do programa, e há evidências, sob pena, de mais benefícios para as empreiteiras que para os moradores atendidos. No contexto local, ressalta-se que o programa de moradia executado ainda é ínfimo, considerando-se a demanda de oferta pouco maior que 3% diante de um déficit maior que 50%, destacado pelo IBGE em 2010.

Uma das ferramentas de gestão do programa de moradia é o Plano Local habitacional de Interesse Social (PLHIS), que funciona como um mecanismo orientativo da política habitacional e se torna eficaz à medida que escuta as esferas envolvidas para adequação da oferta de projetos habitacionais. Ressalta-se que o processo, que envolveu toda a política habitacional de Paragominas, e relacionado ao Residencial Morada dos ventos, não foi desenvolvido a partir das premissas destacadas no PLHIS, cabendo ao município o uso de ferramentas próprias, que porém ficaram aquém da política nacional, à medida que não se constituíram indicadores para avaliar o processo de implementação.

Questões importantes precisam ser consideradas na implementação das políticas de moradia, entre elas destacam-se os impactos sociais gerados a partir dos novos arranjos habitacionais: distância entre o empreendimento e os serviços de saúde, de educação, de comércio, de transporte. Há de se considerar que o novo arranjo permita aos beneficiados condições dignas de vida, de relações, de direito à cidade. Neste campo, destaca-se que em nível municipal, especificamente ao empreendimento pesquisado, as políticas de inserção dos novos moradores do espaço urbano, embora existam, não foram eficazes na promoção da segurança alimentar de seus beneficiados.

Destaca-se que o direito à cidade implica também direito à alimentação de qualidade, que possibilite às pessoas o acesso à condições nutricionais adequadas à vida e à saúde. Um dos mecanismos capazes de promover esse acesso é a ampliação da qualidade alimentícia gerada pela prática da agricultura urbana. Sobre este aspecto, os moradores do Residencial Morada dos Ventos carregam consigo experiências guardadas relacionadas a cultivo e colheita de hortaliças e precisam vivenciar políticas que os incentivem a resgatá-las e qualificá-las para a prática. Porém, não existem aparatos governamentais estruturados que deem suporte à prática de agricultura urbana como ferramenta de combate à insegurança alimentar.

Alerta-se ainda que a política de agricultura urbana, prevista no PDDU da cidade, não está estruturada de forma a promover a segurança alimentar do público da política habitacional de interesse social, porém há a vontade e o desejo de alguns grupos, como escolas municipais, associações de moradores, entre outras organizações sociais potencialmente interessadas em desenvolver tais experiências.

A prática da agricultura urbana precisa ser fomentada no município e garantida no PDDU, haja vista o crescimento urbano, com o considerado número de empreendimentos habitacionais que surgem, e cuja dinâmica geográfica prioriza a verticalização das moradias, contribuindo, sobretudo, para a carência alimentar identificada nesta pesquisa.

Se por um lado a prática da agricultura urbana executada pelo desenho das hortas comunitárias promove a segurança alimentar e melhora a renda de seus beneficiados, por outro lado o trabalho coletivo resgata valores fundamentais à vida em sociedade, uma vez que, pela prática em grupo, se exercitam a cooperação, a

coletividade, o respeito, a preocupação com o outro, valores essenciais para as demandas do século XXI.

Como contribuição, este projeto de pesquisa será apresentado à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Paragominas, com recomendações quanto à inclusão, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, de políticas voltadas para a agricultura urbana do município, com vistas a contribuir com o desenvolvimento da cidade no tocante à segurança alimentar e nutricional.

6 REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRG, 2004.

ALVIM, A. T. B.; CASTRO, L. G. R. (Org.). **Avaliação de políticas urbanas**. São Paulo: Mackenzie, 2010.

ARRAES, N. A. M.; CARVALHO, Y. C. de C. Agricultura urbana e agricultura familiar: interfaces, conceitos e práticas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 30-44, nov./dez. 2015.

BATTAUS, D. M. A.; OLIVEIRA, E. A. B. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 81-106, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n97/0102-6445-ln-97-00081.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Planos Nacionais de Habitação de Interesse Social**. Curso à distância. Coordenação geral de Júnia Santa Rosa e Rosana Denaldi. 1. impr. Brasília (DF), 2009a. Disponível em: <<http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/planoslocais.pdf>>.

_____. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 8 jul. 2009b, Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília (DF), 2014.

_____. Portaria nº 467, de 07 de fevereiro de 2018. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 09 fev. 2018, Seção 1, p. 64.

CALBINO, Daniel et al. Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**, Taquara/RS, v. 14, n. 2, p. 69-80, jul./dez. 2017.

CARDOSO, A. C. D.; PEREIRA, G. J. de C.; NEGRÃO, M. R. G. Urbanização e estratégias de desenvolvimento no Pará: da ocupação ribeirinha aos Assentamentos Precários. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 2, p. 255-279, dez. 2013.

CARDOSO, A. L. Vazios urbanos e função social da propriedade. In: FERREIRA, Regina Fátima C. F.; BIASOTTO, Rosane Coreixas (Org.). **Caderno didático – políticas públicas e direito à cidade**: política habitacional e o direito à moradia digna. Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2012. p. 19-28. Disponível em:
<https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/caderno_dir_eitomoradia.pdf>.

CARDOSO, A. L. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em:
<https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adau_to2013.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. (Org). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. 1. ed. E-book. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2017. Disponível em:
<https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/livro_politica_habitacional_2017.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CARVALHO, A. W. B.; STEPHAN, I. I. C. Eficácia Social do programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexão a partir de um caso empírico. **Cadernos Metrôpole** [on-line], São Paulo, v. 18, n. 35, p. 283-307, 2016.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; CAMPOS, Índio (Org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. Disponível em:
<<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/164>>.

COSTA, Christiane Gasparini Araújo et al. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em unidades básicas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 20, n. 10, p. 3099-3110, 2015. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/1413-812320152010.00352015>>.

COSTA, Najara Mayla do Socorro Veiga. **Produção habitacional em pequenas cidades paraenses**: análise do programa Minha Casa Minha Vida e planos locais de habitação de interesse social. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em:
<<http://www.ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2016/Najara%20Costa%202016%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

COSTA, Najara Mayla do Socorro Veiga; SANTANA, Joana Valente. Produção habitacional em pequenas cidades paraenses: análise do programa minha casa minha vida e planos locais de habitação de interesse social. **Sociedade em Debate**,

Pelotas, v. 23, n. 2, p. 195-231, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/81849173-Producao-habitacional-em-pequenas-cidades-paraenses-analise-do-programa-minha-casa-minha-vida-e-planos-locais-de-habitacao-de-interesse-social.html>>. Acesso em: ago. 2018.

COTRIM, Décio Souza. Método participativo: uma análise a partir de uma perspectiva agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n. 4, p. 255-267, dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/21937>>.

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Ciudades más verdes en América y el Caribe**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/GGCLAC/Ciudades-mas-verdes-America-Latina-Caribe.pdf>>.

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA; FIDA – FONDO INTERNACIONAL DEL DESSARROLLO AGRÍCOLA; PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo**: fortalecimiento de un entorno favorable para la seguridad alimentaria y la nutrición. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030s.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA; FIDA – FONDO INTERNACIONAL DEL DESSARROLLO AGRÍCOLA; UNICEF – FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA; PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS; OMS – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**: fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>>. Acesso em: nov. 2109.

FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves et al. Direito à cidade, direito à saúde: quais interconecções? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3821-3830. DOI: 10.1590/1413-812320172212.2520.2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.25202017>>. Acesso em: abr. 2018.

FREITAS, R. E.; MENDONÇA, M. A. A. **Expansão agrícola no Brasil e a participação da soja**: 20 anos. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v54n3/1806-9479-resr-54-03-00497.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.

GUELLATI, Y.; MONTEIRO, C. D.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. de. **O Brasil em 2035: tendências e incertezas para a área social**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nov. 2017. (Texto para Discussão, 2348). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8178/1/td_2348.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte, Grupo Anima Educação, 2014. Disponível em: <<https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva et al. Desafios para a segurança alimentar e nutricional na Amazônia: disponibilidade e consumo em domicílios com adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4043-4054, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n12/1413-8123-csc-23-12-4043.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, mai.-ago. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9341>>. Acesso em: nov. 2019.

HOLANDA, A. C. G.; SANTANA, J. V. Política Habitacional e pequenos municípios no Pará: reflexões sobre capacidade administrativa e implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Oferta Pública. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 2, n. 1, p. 91-107, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/154>>. Acesso em: abr. 2018.

KOHARA, Luiz. Entrevista. Crise habitacional é consequência do modelo de desenvolvimento urbano: alta concentração de terra e grande parcela da população sem acesso. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo (RS), mai. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/578931-crise-habitacional-e-consequencia-do-modelo-de-desenvolvimento-urbano-entrevista-especial-com-luiz-kohara>>. Acesso em: nov. 2019.

LAZZARI, F. M.; SOUZA, A. S. Revolução Verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4, 2017, Santa Maria (RS). **Anais...** Santa Maria, 2017. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA, B. A. de A.; ZANIRATO, S. H. Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1, 2014, Franca (SP). **Anais...** Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/bruno-avellar-alves-de-lima-e-silvia-helena-zanirato.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

LOBO, Deise da Silva; SILVA, Mauro Santos. Enfoque agroecológico na educação do campo: Escola Família Agrícola (EFA) do Município de Marabá. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2, 2017, Marabá. **Anais...** Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2017. Disponível em: <<https://epg.unifesspa.edu.br/images/Artigos/DEISEDASILVALOBO.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

LOUREIRO, L. V.; BEZERRA, R. G. Análise acerca da utilização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) em Maracanaú. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, 2017, São Luís (MA). **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/analiseacercadautilizacaodoplanolocaldehabitacaodeinteressesocialplhisemmaracanau.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

LOUREIRO, M. R.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P. H. Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 1531-1554, nov./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612135238>>. Acesso em: ago. 2018.

MACHADO, M. L. et al. Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, e00206716, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n1/1678-4464-csp-34-01-e00206716.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

MADEIRA, Lúgia Mori (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. E-book. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

MAGALHÃES, Rosana. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.12202013>>. Acesso em: mar. 2018.

MANCUSE, A. M. C.; FIORE, E. G.; REDOLFI, S. C. da S. **Guia da Segurança Alimentar e Nutrição**. São Paulo: Manole, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. E-book. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

_____. Reforma urbana: limites e possibilidades – uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015a.

_____. Para entender a crise urbana. **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015b.

MATTOS, C. de M.; ANTONIAZZI, M. T. H. Gestão pública: o plano diretor e sua importância no processo de desenvolvimento sustentável municipal. **Caderno Gestão Pública**, v. 8, n. 5, p. 66-81, 2017. Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/gestao-publica/article/view/514>>. Acesso em: 12 out. 2018.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Unesp; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; NEAD, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producao textual/lovois-de-andrade-miguel-1/mazoyer-m-roudart-l-historia-das-agriculturas-no-mundo-do-neolitico-a-crise-contemporanea-brasil-nea-mda-sao-paulo-editora-unesp-2010-568-p-il>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MEDEIROS, M. M.; SANTANA, J. V. A produção habitacional em pequenos municípios da Amazônia. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 01-26, jan.-jul. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18567/9711>>.

MELO, M. Z. et al. Marcos referenciais na trajetória da segurança alimentar e nutricional: panorama mundial e nacional. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 15, n. 1, p. 95-108, jan.-jun. 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/124579797-Marcos-referenciais-na-trajetoria-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-panorama-mundial-e-nacional.html>>. Acesso em: out. 2019.

MENEZES, Gustavo; MOURÃO, Luciana. Programa Minha Casa Minha Vida: sob a perspectiva da qualidade de vida. **Psicoperspectivas**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 149-163, 2017. Disponível em: <<http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/1004>>. Acesso em: mar. 2018.

MIOTO, Beatriz Tamaso. A política habitacional na América Latina no século XXI: uma análise comparativa entre o caso brasileiro e venezuelano. In: CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. (Org). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1. ed. E-book. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2017. p. 178-207. Disponível em: <https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/livro_politica_habitacional_2017.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. de R. A questão habitacional do Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v16/1984-2201-mercator-16-e16015.pdf>>.

MOTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MOUGEOT, L. For self-reliant cities: urban food production in a globalizing South. In: KOC, M. et al. (Org.). **For Hunger-Proof Cities: sustainable urban food systems**. Ottawa: IDRC, 1999. p. 11-25.

MPPA – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará – SIIS. Paragominas. Disponível em: <[https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/paragominas\(2\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/paragominas(2).pdf)>.

MUÑOZ, M. G. S. et al. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba (SP), v. 54, n. 02, p. 361-376, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000200361>. Acesso em: 20 nov. 2011.

NUNES, D. A.; TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da; TRINDADE, G. O. da. Cidades médias na Amazônia brasileira: da centralidade econômica à centralidade política de Marabá e Santarém (Estado do Pará). **Confins**, v. 29, p. 1-21, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11376>>.

NUNES, José Luís da Silva. Adubação orgânica. **Agrolink**, Porto Alegre, 12 set. 2016. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/fertilizantes/fertilizantes---organicos_361468.html>.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. E-book. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/z439n>>.

O'REILLY, Érika de Matos. **Agricultura urbana**: um estudo de caso do projeto Hortas Cariocas em Manguinhos. 2014. 87 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10009377.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

PARÁ (Estado). Companhia de Habitação do Estado do Pará. **PEHIS – Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. Belém, 2014. Disponível em: <<http://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/cafe/exposicaoasepof.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

PARAGOMINAS (Município). **Lei Orgânica do Município de Paragominas, de 05 de novembro de 2002**. Paragominas (PA), 2002. Disponível em: <<https://camaraparagominas.pa.gov.br/lei-organica/>>.

_____. **Lei nº 584, de 03 de julho de 2006**. Aprova o Loteamento Urbano denominado residencial “José Campos Gonçalves”, e dá outras providências. Paragominas (PA), 2006a. Disponível em: <<https://camaraparagominas.pa.gov.br/lei-no-584-2006-de-03-de-julho-de-2006/>>.

_____. **Lei nº 597, de 04 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Paragominas e dá outras providências. Paragominas (PA), 2006b. Disponível em: <<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro31172/documento%201%20-%20lei%205972006%20-%20plano%20diretor.pdf>>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

_____. **Lei nº 676, de 30 de maio de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 357, de 18 de dezembro de 2002, que criou o Fundo de Financiamento e Investimento para o Desenvolvimento da Habitação e dá outras providências. Paragominas (PA), 2008. Disponível em: <<https://camaraparagominas.pa.gov.br/lei-no-676-2008-de-30-de-maio-de-2008/>>.

_____. **Lei nº 793, de 06 de março de 2012**. Cria a Secretaria de Urbanismo e reestrutura a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Administração e Finanças, modifica dispositivos da lei nº 453/2004, e dá outras providências. Paragominas (PA), 2012a. Disponível em: <<https://camaraparagominas.pa.gov.br/lei-no-793-2012-de-06-de-marco-de-2012/>>.

_____. **Lei nº 797, de 20 de março de 2012**. Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Urbanização denominado Residencial Morada dos Ventos. Paragominas (PA), 2012b. Disponível em: <<https://camaraparagominas.pa.gov.br/lei-no-797-2012-de-20-de-marco-de-2012/>>.

_____. **Lei nº 806, de 27 de julho de 2012**. Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Urbanização denominado Loteamento Residencial Paricá. Paragominas (PA),

2012c. Disponível em: <<https://camaraparagominas.pa.gov.br/lei-no-806-2012-de-27-de-julho-de-2012/>>.

_____. **Lei nº 857, de 02 de junho de 2014.** Aprova o Projeto de Urbanização denominado Residencial Santa Rosa. Paragominas (PA), 2014. Disponível em: <<https://camaraparagominas.pa.gov.br/lei-no-857-2014-de-02-de-junho-de-2014/>>.

_____. **Decreto Municipal nº 200, de 02 de abril de 2018.** Institui a Comissão de Revisão do Plano Diretor Municipal Participativo do Município de. Paragominas/PA, nomeia seus membros e dá outras providências. Paragominas (PA), 2018. Disponível em: <http://paragominas.pa.gov.br/documentos/plano_diretor/decreto_municipal_n_ordm_200_2018.pdf>.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 51-66, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n86/0103-4014-ea-30-86-00051.pdf>>.

PEREIRA, Jaciane Lopes. **Hortas urbanas comunitárias em Brasília – DF.** 2015. 86 fl. il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) — Universidade de Brasília, Planaltina (DF), 2015.

PEREIRA, M. E. Políticas municipais de habitação: Qual conteúdo para qual cidade? In: _____. (Org.). **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas.** 2 ed. Chapecó (SC): Argos, 2013.

PHILIPPI, Sônia Tucunduva. **Nutrição e Técnica Dietética.** 3. ed. ver. e ampl. Barueri (SP): Manole, 2014.

PIGNATI, W. A. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, 3281-3293, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n10/1413-8123-csc-22-10-3281.pdf>>. Acesso em: set. 2019.

PINTO, Andréia et al. **Diagnóstico socioeconômico e florestal do município de Paragominas:** Relatório técnico. Belém (PA): Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2009. Disponível em: <<https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/outros/iagnostico-socioeconomico-e-florestal-do.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

PINTO, Renata Bravin de Assis et al. A horta comunitária como instrumento pedagógico para a segurança alimentar e nutricional. **Cadernos de Agroecologia**, v. 12, n. 1, jul. 2017. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22366>>. Acesso em: out.2018.

PIRES, Vicente Chiaramonte. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 69-84, dez. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. E-book. Novo Hamburgo: FEVALE, 2013. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

RICUPERO, Rubens et al. A crise internacional e seu impacto no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 64, dez. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000300012>>.

RODRIGUES, Tarcísio Ewerton et al. **Caracterização e classificação dos solos do município de Paragominas, estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. (Documentos, 162). ISSN 1517-2201. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/408067/1/OrientalDoc162.PDF>>. Acesso em: out. 2019.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, Marie-Caroline. A comida dos favelados. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 123-132, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000300014>>.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade do século XXI**. 9. ed. São Paulo: Record, 2006.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abr. 2014. (Texto para Discussão, 1953). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

SIQUEIRA, T. M. O. de; ASSAD, M. L. R. C. L. Compostagem de resíduos sólidos urbanos no estado de São Paulo (Brasil). **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n. 4, p. 243-264, out.-dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n4/1809-4422-asoc-18-04-00243.pdf>>. Acesso em: nov. 2019.

SOUTO, Isabela Augusto. **A política habitacional no Brasil: o caso do programa Minha Casa Minha Vida**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SOUZA, J. de; TERRA, D.; CAMPOS, M. Mobilidade populacional e as novas espacialidades urbanas: municípios da Ompetro, Rio de Janeiro (2000-2010). **EURE**, Santiago, v. 41, n. 123, p. 53-80, 2015. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612015000300003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2018.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. da S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista de Sociologia e Política** [online], v. 24, n. 58, p. 13-30, 2016. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000200013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2019.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”**: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2013. (Papers do NAEA, 321). ISSN 15169111. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/215>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, Belém, v. 12, n. 211, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4872>>. Acesso em: jul. 2018.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, p. 37-54, 2016.

VALENT, J. Z.; OLIVEIRA, L. de; VALENT, V. D. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 4-19, jul./dez. 2017. ISSN 2237-9029. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1427>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VAN VEENHUIZEN, R.; DANSO, G. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture**. Roma: FAO, 2007. (Agricultural management, marketing and finance/Occasional Paper, 19).

VARGAS, M. A. R. Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 535-557, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611>>. Acesso em: jul. 2018.

VASCONCELOS, A. B. P. de A.; MOURA, L. B. A. de. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, e00206816, 2018. Brasília-DF.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n2/1678-4464-csp-34-02-e00206816.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

VILHENA, Larissa. Paragominas ganha a primeira Central de Reciclagem de Resíduos Orgânicos do país. **Prefeitura de Paragominas**, 28 jun. 2016. Disponível em: <http://paragominas.pa.gov.br/noticias/assistencia_social/88-paragominas-ganha-a-primeira-central-de-reciclagem-de-residuos-organicos-do-pais>.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Trad. Daniel Bueno. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

A – ROTEIRO-GUIA PARA AS ENTREVISTAS COM OS MORADORES



INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Prezados (as) entrevistados (as)

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho em parceria com a Cooperativa de Reciclagem de Resíduo Orgânico de Paragominas, a qual tem por finalidade fazer o levantamento do perfil sócio econômico e alimentar da comunidade com vista da construção de alternativas de melhorias, nos campos observáveis, aos moradores locais. Desde já agradecemos a sua participação e colaboração nas respostas às questões abaixo pontuadas.

LDADOS GERAIS-do(a) entrevistado(a)

1-SEXO: () MASCULINO () FEMININO

2- IDADE: () 18 e 29 () 30 e 41 () 42 e 53 () 66 ou mais

3- ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTRO

II. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1- Assinale a alternativa que representa o seu núcleo familiar. Além de você, na sua casa.

- a) () moram mais duas pessoas. e) () moram mais três pessoas.
b) () moram mais quatro pessoas. f) () moram mais cinco pessoas.
c) () moram mais seis pessoas. g) () moram mais sete pessoas.
d) () moram oito ou mais pessoas. h) () ninguém, moro sozinho.

2. Assinale a alternativa que representa a quantidade a faixa etária indicada das pessoas que moram com você. Múltiplas respostas.

Perfil	Quantidade			
	1 pessoa nessa faixa etária.	2 pessoas nessa faixa etária.	3 pessoas nessa faixa etária.	4 ou mais pessoas nessa faixa etária.
a) Pessoas com idade entre zero (0) e dez (12) anos.				
b) Pessoas com idade entre treze (13) e dezessete (17) anos.				
c) Pessoas com idade entre dezoito (18) e cinquenta (50) anos.				
d) Pessoas idosas sem benefício do governo.				
e) Pessoas idosas com benefícios do governo.				

III-ESCOLARIDADE

1- Você está estudando?

- a) ☐ Sim, Ensino Fundamental.
 b) ☐ Sim, Ensino Superior.
 c) ☐ Não, já conclui os estudos.
 d) ☐ Não, nunca pude estudar.

2- Assinale a alternativa que corresponde ao nível de escolaridade das pessoas que moram com você.

Pessoas estudando	0 (zero Pessoa.	1 Pessoa.	2 Pessoa.	3 Pessoa.	4 Pessoa.	5 Pessoa.	Mais de 5 pessoas
a) Educação Infantil							
b) Ensino Fundamental Anos Iniciais.							
c) Ensino Fundamental-Anos Finais							
d) Ensino médio							
e) Ensino médio-técnico.							
f) Superior.							
g) Pessoas com escolaridade média concluída.							
e) Pessoas com escolaridade superior concluída.							

IV. PERFIL SOCIO ECONOMICO

1-Assinale a alternativa que representa a renda familiar da sua casa (Incluindo o rendimento de todos os que residem na casa).

- a) ☐ Não temos nenhuma renda.
 b) ☐ Menos de um (01) salário mínimo.
 c) ☐ De um (01) a um e meio salário mínimo.
 d) ☐ Dois (02) salários mínimo.
 f) ☐ Mais de três (03) salários mínimo.

2-Com relação a complementação da renda familiar, assinale a afirmativa que mais representa a sua situação família.

- a) ☐ Completamos a renda familiar com diárias/bicos feito por alguém da família.

- b) () Completamos a renda com ajuda extra de outro familiar.
 c) () Completamos a renda com o apoio da Assistência social.
 d) () Recebemos o Bolsa Família.
 e) () Não temos complementação de renda.

V. PERFIL NUTRICIONAL E HÁBITOS ALIMENTARES

1- Quantas refeições você e sua família costuma fazer por dia?

- a) () Uma refeição ao dia.
 b) () Duas refeições ao dia.
 c) () Três refeições ao dia.
 d) () Quatro ou mais refeições ao dia.

2- Marque os alimentos que você e sua família costumam consumir e com que frequência e assinale o porquê da escolha ou não pelo alimento.

Alimentos	1x ao dia	2x ao dia	3x ao dia	Mais de 4 x ao dia	Não consumimos esse alimento	Razão pela escolha ou não do alimento
Arroz						
Feijão						
Carne						
Frango						
Massa- macarrão						
Ovos						
Pão						
Café						
Frutas						
Verduras						
Salgados (xilitos), pipocas de milho etc.						

VI. CONHECIMENTOS PRÉVIOS E PREDISPOSIÇÃO AO TRABALHO COM HORTAS.

1- Você ou sua família conhecem a técnica de plantio de hortaliças para enriquecimento da alimentação que é servida em casa e tem interesse em praticar?

- a) () Sim conhecemos e já praticamos em residência anterior ao Moradia dos ventos.
 b) () Sim conhecemos, temos interesse em praticar mas não sabemos como cultivar.
 c) () Sim, conhecemos mas não temos como praticar pois não temos espaço para cultivar.

- d) () Não conhecemos mas não dispomos de tempo pra conhecer e praticar.
- e) () Não conhecemos, não praticamos e não temos interesse em aprender e praticar.

VII. CONCEPÇÃO ACERCA DA PRÁTICA DE COLETIVIDADE

1. Você conhece e participa do programa da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Orgânicos de Paragominas, situada neste Residencial Morada dos Ventos?

- a) () Conheço e já participo do programa com a coleta de resíduos orgânicos.
- b) () Conheço, mas não participo mas gostaria de participar do programa de coleta de resíduos orgânicos.
- c) () Conheço, não participo do programa e não gostaria de participar.
- d) () Não conheço e nem acredito nesses programas.

2. Se a cooperativa, em parceria com o Instituto Federal do Pará, desenvolvesse um programa de Horta Comunitária, onde um grupo de pessoas confeccionassem a horta e fizessem o uso coletivo tanto para consumir quanto para vender, você teria interesse em participar do programa?

- a) () Sim gostaria de participar
- b) () Sim, gostaria de participar mas não tenho tempo.
- c) () Sim, gostaria de participar mas tenho receio desse trabalho em grupo porque as pessoas não são confiáveis.
- d) () Talvez um dia eu participe.
- e) () Não gostaria de participar.

Agradecemos a sua participação. Obrigada.

B – RECOMENDAÇÕES À SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA “AGRICULTURA URBANA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS” À PREFEITURA

AO SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO- SEPLAN, SR. ANTONIO MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA

ASSUNTO: DEVOLUTIVA DA PESQUISA ACADEMICA REALIZADA NO AMBITO DA POLITICA PUBLICA DE MORADIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, NO NUCLEO URBANO DE PARAGOMINAS

ILUSTRÍSSIMO SECRETARIO,

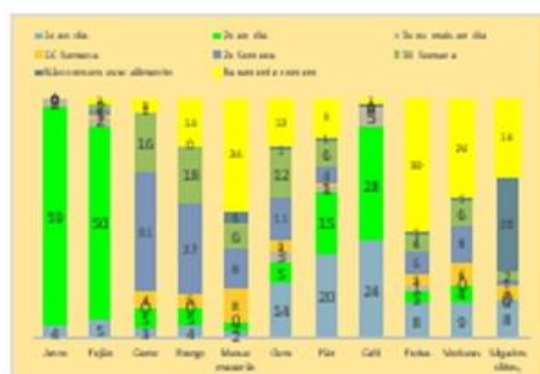
Considerando a pesquisa acadêmica realizada por mim Francisca Oneide Oliveira Lima, meio do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, desenvolvido por meio do Instituto Federal do Pará-IFPA, Campus Castanhal pelo período de 2017 à 2019 cujo tema se propôs uma análise a implementação da política habitacional de Paragominas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV com foco voltado para a segurança alimentar de seus beneficiados;

Considerando que o estudo realizado foi pautado em análise documental disponível em sítios eletrônicos da Prefeitura e da Câmara Municipal da cidade, em produções acadêmicas bem como em dados coletados por meio de entrevistas à moradores do residencial Morada dos Ventos e dados coletados via Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS;

Considerando que o PDDU- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, resguardado no art. 182, §1º da Constituição Federal de 1988, e reafirmado por meio do caput do art. 40, da Lei 10.257/2000 que estabelece o estatuto das cidades e que consiste em um documento de planejamento que visa balizar o desenvolvimento e a expansão do espaço construído, de modo a melhorar a realidade e primando pelo bem estar de todos os cidadãos que compõem a teia urbana;

Considerando que o Plano Diretor do Município de Paragominas, descrito pela Lei Nº 597/2008/ conforme consta no seu Art. 9º da revisão obrigatória de suas diretrizes e ações no tempo determinado de dez anos e ainda que o Decreto Municipal Nº 200/2018 institui a Comissão de revisão do Plano Diretor Municipal Participativo e ainda que, dado os objetivos e valores sociais resguardados à época da construção do Plano, não foi possível identificar em suas diretrizes estruturais, estratégias voltadas para a prática da Agricultura urbana;

A base de dados da pesquisa se refere à 61 famílias entrevistadas no Residencial Morada dos Ventos. Em primeira escala se apresenta a relação entre a renda das famílias e a cultura alimentar dos entrevistados. Referindo-se a taxa de poder aquisitivo, 59% das famílias vivem com renda entre 1 a 2 salários mínimos mensais. Destes, 26% contam com menos que 1 salário mínimo por mês. A mesma renda é



partilhada na família com média 5,5 pessoa por residência. Contrasta com esse quadro, o perfil nutricional dos entrevistados pois, conforme se verifica no gráfico 01 (pag. 2, acima) abaixo, os alimentos se restringem a proteínas e carboidratos em maior proporção os carboidratos.

O alimento mais presente na mesa das famílias é arroz e feijão, chegando a fazer parte das duas principais refeições das famílias (98% e 88%, respectivamente). As verduras e frutas, necessárias ao equilíbrio funcional do corpo, nutrição e defesa do organismo, é raro, apenas 9 famílias disseram ingerir verduras uma vez ao dia. As proteínas (carnes e frango) em apenas 3 e 4 famílias respectivamente, é consumido diariamente. Cabe uma reflexão acerca da escolha alimentar: as pessoas não consomem frutas e verduras porque não querem ou não gostam de consumi-las mas pelo simples fato de não possuir poder de compra.

II- DOS BENEFÍCIOS DA AGRICULTURA URBANA ENQUANTO POTENCIAL DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E MECANISMOS PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO.

A agricultura urbana e periurbana-AUP, especialmente a de base agroecológica, assenta-se nos princípios democráticos de direito no sentido em que faz chegar à mesa do mais desvalido de recursos, alimentos frescos, ricos em nutrientes, com alto poder nutricional e livre de qualquer aditivo químico que venha causar danos à sua saúde ou ao ambiente em que é produzido. De acordo com Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018 que Institui o

Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana em cujas metas, dispostas no Art 3º constam de: I - formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador da segurança alimentar, geração de renda e inclusão social.

A metodologia para implementação do programa está descrita no Art. 4º o qual assinala que o MDS poderá firmar contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive consórcios públicos, e com entidades privadas, na forma da legislação pertinente.

III- DAS ESTRATEGIAS E MECANISMOS PARA A PRÁTICA DE AGRICULTURA URBANA

Não há uma regra única para a implantação a agricultura urbana, mas há estratégias simples que ao serem ativadas, provoca movimentos importantes na comunidade, transforma os espaços urbanos e transforma a cidade no espaço de promoção social e de segurança alimentar e nutricional. Uma boa dica para iniciar o movimento na cidade é eleger um grupo focal para experimentação do projeto piloto. Isso requer:

- ✓ **Estudo de viabilização de espaço:** qualquer espaço ocioso na cidade pode se tornar uma potencial horta
- ✓ **Seleção dos participantes:** inicia-se com pequenos grupos. O bom resultado é a propaganda para crescimento do projeto
- ✓ **Capacitação dos envolvidos:** as técnicas de cultivo agroecológico precisa ser do conhecimento de todos os envolvidos
- ✓ **Aquisição de infraestrutura** como proteção das áreas, preparo do solo, sementes, irrigação, cultivo e distribuição.
- ✓ **Planejamento de gestão:** qualquer que seja o negócio para gerar sucesso é precisa que seja amparado por no mínimo, uma simples organização de tarefas a serem desenvolvidas por cada envolvido.

IV- DAS RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana em cujas metas, dispostas no Art 3º constam de: I - formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador da segurança alimentar, geração de renda e inclusão social.

A metodologia para implementação do programa está descrita no Art. 4º o qual assinala que o MDS poderá firmar contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive consórcios públicos, e com entidades privadas, na forma da legislação pertinente.

III- DAS ESTRATÉGIAS E MECANISMOS PARA A PRÁTICA DE AGRICULTURA URBANA

Não há uma regra única para a implantação a agricultura urbana, mas há estratégias simples que ao serem ativadas, provoca movimentos importantes na comunidade, transforma os espaços urbanos e transforma a cidade no espaço de promoção social e de segurança alimentar e nutricional. Uma boa dica para iniciar o movimento na cidade é eleger um grupo focal para experimentação do projeto piloto. Isso requer:

- ✓ **Estudo de viabilização de espaço:** qualquer espaço ocioso na cidade pode se tornar uma potencial horta
- ✓ **Seleção dos participantes:** inicia-se com pequenos grupos. O bom resultado é a propaganda para crescimento do projeto
- ✓ **Capacitação dos envolvidos:** as técnicas de cultivo agroecológico precisa ser do conhecimento de todos os envolvidos
- ✓ **Aquisição de infraestrutura** como proteção das áreas, preparo do solo, sementes, irrigação, cultivo e distribuição.
- ✓ **Planejamento de gestão:** qualquer que seja o negócio para gerar sucesso é precisa que seja amparado por no mínimo, uma simples organização de tarefas a serem desenvolvidas por cada envolvido.

IV- DAS RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões apresentadas concernentes a política de Agricultura urbana e Periurbana-AUP apontam para a necessidade de estabelecer estratégias governamentais afim de assegurar que essa prática faça parte do cartão postal da cidade e sobretudo, que seja incorporada enquanto política de promoção da segurança alimentar. Isto posto, sugere-se que.

- a) Por ocasião da reformulação do PDDU-Paragominas sejam garantidas estratégias de promoção a AUP sendo respaldadas pelo PPA e lei de Diretrizes Orçamentárias do Município;
- b) Que se estabeleça no referido plano (PDDU) comitês específicos com atuação legítima que possa interagir junto às Associações de Moradores, na formatação da política municipal de Agricultura Urbana e Periurbana –AUP;
- c) Que se constitua mecanismos legais afim administrar espaços urbanos em desuso para a prática de AUP;
- d) Que se estabeleça na atuação do Comitê de Agricultura urbana e Segurança Alimentar e Nutricional, a formatação junto ao Ministério do Desenvolvimento Social/Ministério das Cidades afim de construir programas de promoção da AUP no município;
- e) Que se considere, no licenciamento para construção dos novos Projetos Habitacionais de Interesse Social, indicações à prática de AUP com reserva de área específica para a prática.

Paragominas, 08 de Abril de 2020

Francisca Oneide Oliveira Lima
Realizadora da pesquisa

ANEXOS

A – RECOMENDAÇÕES À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS RELACIONADAS À POLÍTICA DE AGRICULTURA URBANA



www.LeisMunicipais.com.br
Versão consolidada, com alterações até o dia 11/09/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 186 DE 20 DE ABRIL DE 2012.
(Vide Decreto nº 421/2012)

**"CONSOLIDA AS DISPOSIÇÕES DO PLANO DIRETOR DO
MUNICÍPIO INCORPORANDO AS REVISÕES REALIZADAS
CONFORME DETERMINAÇÃO PREVISTA NO § 3º DO
ARTIGO 40 DA LEI 10.257/01 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

FRANCISCO NASCIMENTO DE BRITO, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER QUE A
CÂMARA MUNICIPAL, APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

SEÇÃO III DA POLÍTICA DE AGROPECUÁRIA

Art. 14 - A política municipal de agropecuária terá por objetivo:

- I - incentivar a produção de alimentos de forma coletiva e ou familiar garantindo à população o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade que visam o combate à fome e a promoção da segurança alimentar nutricional;
- II - estimular a geração de trabalho e renda por meio de práticas de agricultura urbana, periurbana, rural e familiar, considerando os processos de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização de alimentos e,
- III - fomentar a gestão ambiental do território, potencializando o uso de espaços ociosos com práticas de agricultura, promovendo a recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Art. 15 - São diretrizes da política de agropecuária:

(Supressão dos Artigos 3º ao 13º para efeito de visualização)

TÍTULO I DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º Na execução da política urbana, em seus múltiplos aspectos, será aplicado o previsto nesta lei, sem prejuízo das leis específicas aplicáveis ao caso.

§ 1º O objetivo da Política Urbana é ordenar o pleno desenvolvimento das funções Sociais da Cidade e o uso socialmente justo, ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, assegurando o bem estar da coletividade, o desenvolvimento sustentável e corrigindo eventuais distorções da expansão urbana e seus efeitos negativos sobre a sociedade e o meio ambiente.

§ 2º Para fins de realização do objetivo previsto no parágrafo anterior dever-se-á aplicar adequadamente os institutos tributários, financeiros, jurídicos, políticos, de modo a se privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais.

Art. 2º Os agentes públicos e os agentes privados, individuais ou coletivos, responsáveis pela observância e aplicação das políticas e normas do Plano Diretor, devem observar e aplicar os seguintes princípios: